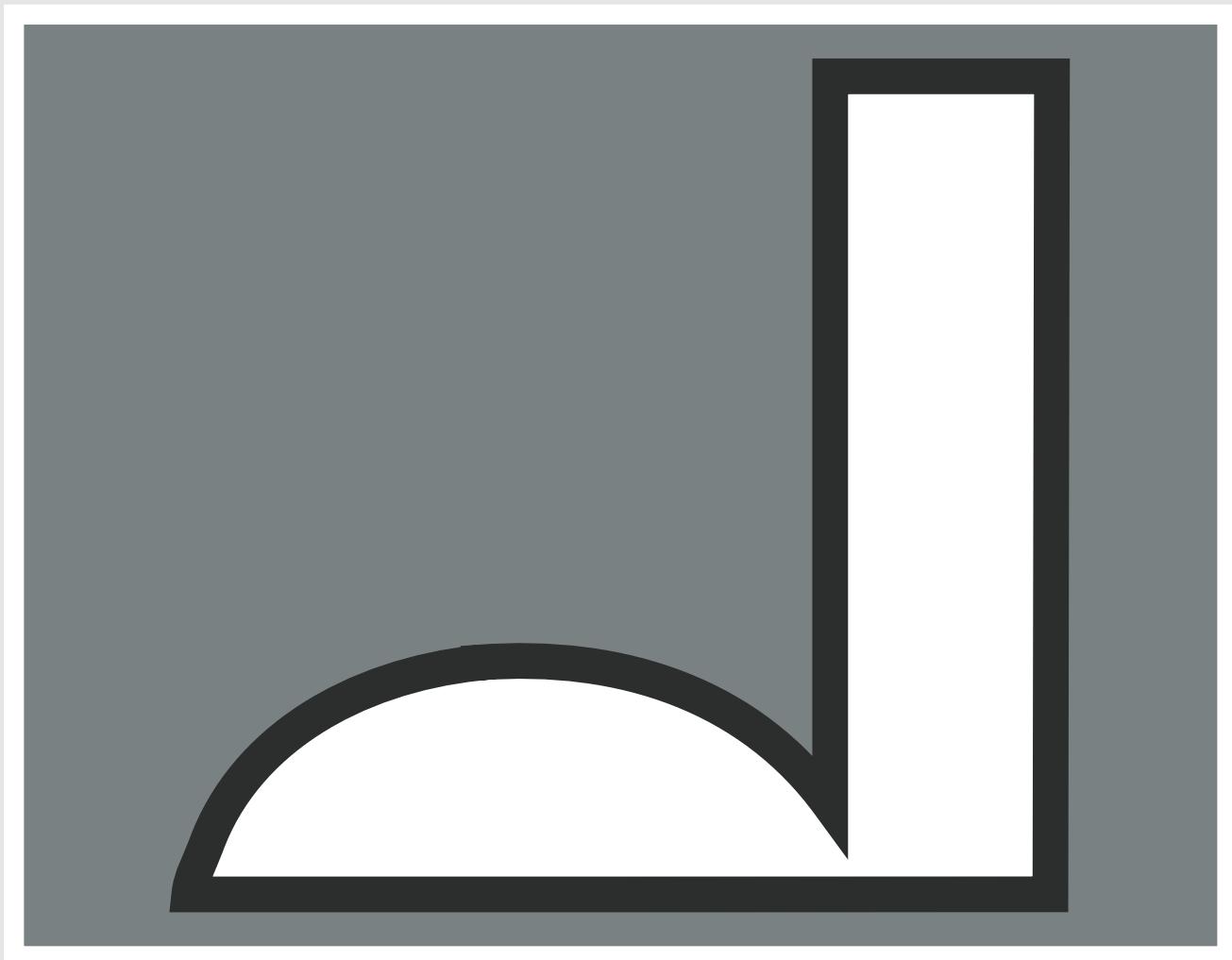




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

ANO LXVII – SUP. “D” AO Nº 101 – TERÇA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2012 – BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)
 1º VICE-PRESIDENTE
 Marta Suplicy - (PT-SP)
 2º VICE-PRESIDENTE
 Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
 1º SECRETÁRIO
 Cícero Lucena - (PSDB-PB)
 2º SECRETÁRIO
 João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)
 4º SECRETÁRIO
 Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - *RO FD/UE+^(1,5,6,7)
 2º - João Durval - (PDT-BA)
 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 3. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
 5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
 6. Em 29.11.2011, vago em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PPV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PSC DO B/PRB) - 24	Bloco Parlamentar Minoria (PSD/DEM) - 14
Líder Renan Calheiros - PMDB	Líder Walter Pinheiro - PT (22,23)	Líder Jaime Campos - DEM (28)
Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Branco Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Richard Fariaço Casildo Maldaner	Vice-Líder Acir Gurgacz (40) Líder da Mata (29,39) Início Arruda Eduardo Lopes (37,48)	Vice-Líder Cyril Motta (34) Flexa Ribeiro (7,38) Lúcia Vânia (31) Márcio Couto (32) Paulo Bauer (6,33)
Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)	Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,23) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (26) Lindeberg Farias (23)	Líder do PSD - 10 Alceu Moreira (10) Vice-Líder do PSD Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,33) Flexa Ribeiro (7,38)
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)	Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13	Governo Eduardo Braga - PMDB (38)	PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (11,13)
Líder Gilmário Pires - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)	Líder Vice-Líder Gilmário Pires Benedicto Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Líder do PTB - 6 Gilmário Pires Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	Líder da Mata (29,39)	
Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vincentinho Alves (42)	Líder do PC DO B - 2 Início Arruda	
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)	Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,48)	
	PSOL - 1 Randolfe Rodrigues - PSOL (18)	

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28.2011 lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exerceu a Liderança do DEM ate o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senadoras Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011 lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2012/2330
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSD/Nº 10/2011, lido na sessão do dia 15 de março de 2012/2330
- Senador José Agripino é designado 3º Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSD/Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSD/Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Pando é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exerceu a Liderança da Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 61/2011, lido na sessão do dia 06 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se no Partido Social Democrático - PSD (OF n° 304; 1223/21 UMCDD-0)
- Senadoras Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PSC no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 066/2011-GLPPP
- Em 08.11.2011, foi lido o OF. N° 1.327/2011-GSKSAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
- Senador José Agripino exerceu a Liderança do Democratas nos dias 25 e 26 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 26 de novembro de 2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o bloco de Apoio ao Governo, conforme o OF. N° 074/11-GLDEM, lido na sessão de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, apresentados na sessão de 30.11.11.
- Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GLPSOL/Nº 002/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/03/2013, conforme OF. S.N. - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
- Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLBAG/Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLBAG/Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senadora Cássia Cunha é designada Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPR/Nº 1/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Lázaro Lopes é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPS/Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPS/Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM/Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Cássio Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM/Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM/Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Cássia Cunha é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM/Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercicio do mandato, no dia 06 de março de 2012, conforme II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro do Estado da Cidade do Rio de Janeiro (OF. N° 42/2012-GC/SD).
- Senador Lázaro Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSJAYM/Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
- Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
- Senadora Lúcia Vânia é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme OF. N° 035/2012-GLD/BAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
- Senador Cássio Couto é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM/Nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012/2420
- Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
- Em 10.03.2012, é expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi também o OF. N° 004/2012-GLBIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBIF/SF, lido na sessão de 3 de b/c tgTg42340
- Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Floriano Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spínola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	---

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de abril de 2012.....	4
Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de abril de 2012.....	10
Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2012.....	10
Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2012.....	21

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DE INSTALAÇÃO, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia dez de abril do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do **Deputado André Zacharow**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Jorge Viana, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Ciro Nogueira, Aloisio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Cyro Miranda, da Deputada Jandira Feghali e dos Deputados Márcio Macêdo, Valdir Colatto, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Leonardo Monteiro, Ricardo Trípoli e Sarney Filho, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Eventual declara aberta a presente Reunião destinada à instalação e à eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão. Em seguida, a Presidência anuncia os nomes dos Senhores Parlamentares que compõem as chapas para os cargos. Os Deputados Márcio Macêdo e Alfredo Sirkis concorrem à presidência, a Senadora Vanessa Grazziotin à vice-presidência e o Senador Sérgio Souza à relatoria. Após, a Presidência abre o processo de votação em escrutínio secreto, iniciando a chamada nominal pelo Senado Federal e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados. Encerrada a votação, a Presidência convida a Deputada Jandira Feghali e o Deputado Ricardo Tripoli para atuarem como escrutinadores. Após a apuração dos votos, são declarados eleitos o Presidente da Comissão, Deputado Márcio Macêdo, com dezesseis (16) votos, a Vice-Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, com dezesseis (16) votos e dois (2) votos em branco, e o Relator, Senador Sérgio Souza, com dezessete (17) votos e um voto em branco. O Deputado Alfredo Sirkis recebe dois (2) votos. Ao assumir a Presidência, o Deputado Márcio Macêdo expressa seus agradecimentos pelos votos recebidos e comunica que será realizada a segunda Reunião da Comissão após o término desta. Usam da palavra os senhores parlamentares Sérgio Souza, Jandira Feghali, Alfredo Sirkis, Sarney Filho, Vanessa Grazziotin e o Presidente eleito, Deputado Márcio Macêdo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo

Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Deputado **André Zacharow**, Presidente Eventual da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1^a Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Presidente do Congresso Nacional, que cria, no âmbito do Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão, conforme art. 5º da Resolução nº 4, de 2008.

Srs. Parlamentares, eu gostaria de saber se há o registro de chapas ou nomes para a Presidência, Vice-Presidente e Relatoria da Comissão. O Presidente deve ser um Deputado Federal; Vice-Presidente, Senador; e Relator, também Senador. Então, está aberta a apresentação de nomes à Secretaria.

Deputado Sirkis para a Presidência; e Deputado Márcio para a Presidência também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me para a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Relatoria, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Recebi agora uma ligação da Senadora Vanessa Grazziotin pedindo para inscrevê-la como Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Vice-Presidente.

Ela estará presente?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sim. Está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Então, já temos dois nomes para a Presidência, um para a Vice-Presidência e um para a Relatoria.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Só a Presidência está em disputa, então.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Há mais alguma indicação? (Pausa.)

Vamos iniciar, então, a votação pela chamada nominal dos Srs. Senadores.

Aqui temos as cédulas, a urna está ali.

Jorge Viana. (Pausa.)

Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Blairo Maggi. (Pausa.)

Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Sim.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Como há uma disputa para a Presidência, eu gostaria de saber como será o voto. Há o nome dos candidatos ou será preciso escrever o nome do candidato? Como será a votação?

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Tem que escrever o nome.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Tem que escrever o nome...

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – A cédula não tem...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Então, quem são os candidatos?

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Márcio Macêdo e Alfredo Sirkis, é isso?

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Candidatos à Presidência?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Márcio Macêdo e Alfredo Sirkis. Tem que escrever o nome.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Márcio e Deputado Sirkis.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Só há uma candidata à Vice-Presidência, que é Vanessa Grazziotin.

Então, para esclarecer: para Presidente, há dois candidatos e temos que optar por um e escrever o nome ou do Deputado Sirkis ou do Deputado Márcio. Para Vice, há um nome só, que é o da Senadora Vanessa Grazziotin. É preciso escrever o nome dela. E também para Relator só há um candidato, que é o Senador Sérgio Souza. Também tem que escrever o nome.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Tem que escrever o nome também.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Como não há o nome impresso, nós temos que escrever o nome de cada um. Está claro, não é?

Vamos prosseguir, então, à chamada.

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Cyro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Vamos chamar, agora, os Deputados Federais titulares.

Deputado Federal Fernando Ferro. *(Pausa.)*

Deputado Márcio Macêdo. *(Pausa.)*

Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

Deputado Valdir Colatto. *(Pausa.)*

Deputado André Zacharow. Voto. *(Pausa.)*

Deputado Antonio Imbassahy. *(Pausa.)*

Deputado José Otávio Germano. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo Maia. *(Pausa.)*

Deputado Anthony Garotinho. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Noé. *(Pausa.)*

Deputado Giovani Cherini. *(Pausa.)*

Deputado Alfredo Sirkis. *(Pausa.)*

Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Tripoli. *(Pausa.)*

Estamos aguardando a chegada de mais quatro eletores, então, para dar o quórum para serem apurados os votos. *(Pausa.)*

Enquanto aguardamos, a palavra está livre. Se alguém quiser fazer uso da mesma, pode se inscrever.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Sr. Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Só para dizer à Presidência que a Senadora Vanessa Grazziotin está presidindo a sessão do Senado neste momento e, assim que ela conseguir transmitir a Presidência, ela estará aqui para se apresentar como candidata à Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Aguardaremos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, aproveitando, então, o momento, gostaria de fazer uma breve reflexão.

Este é um daqueles anos que ficará marcado para a posteridade. Teremos, no Brasil, a Rio + 20, que é a convenção...

Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – O Senador Jorge Viana vai votar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – ...que é a convenção das partes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Dois candidatos à presidência - só um minutinho, Senador – o Deputado Sirkis e o Deputado Márcio. Para vice, a Senadora Vanessa Grazziotin e, como relator, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Tem que escrever o nome dos três.

Então, Sr. Presidente, esta Comissão tem um papel fundamental nessa convenção que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, no início da segunda quinzena de junho. Inclusive, os trabalhos serão ordenados pelo Deputado Alfredo Sirkis, atual Vice-Presidente desta Comissão.

Neste final de semana, estará acontecendo, em Recife, um encontro preparatório para um evento paralelo que ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo período, sobre mudanças climáticas.

Esta Comissão tem um papel fundamental para que possamos construir uma agenda para o planeta para as próximas décadas, como aquela que foi construída pela Eco-92.

Esse é o papel da Rio+20, e esta Comissão, com certeza, estará presente a esse evento que irá pautar o planeta nas próximas décadas.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Obrigado, Senador. (Pausa.)

(*Interrupção da gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Deputado Noé. (Pausa.)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Para a Presidência, temos dois candidatos: Deputado Sirkis e Deputado Márcio; para Vice, Vanessa Grazziotin; para Relator, o Senador Sérgio Souza. Tem de escrever o nome. (Pausa.)

O Senador Cyro Miranda também vai votar. (Pausa.)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Estamos aqui, Vice-Presidente, fazendo a sua defesa.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – E a Senadora Vanessa Grazziotin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Temos dois candidatos à Presidência, que é o Deputado Sirkis e o Deputado Márcio; à Vice-Presidência, a Senadora Vanessa; e Relator, o Senador Sérgio. (Pausa.)

(*Interrupção da gravação.*)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente, como estão chegando mais Deputados e Senadores, eu queria que o senhor explicasse como é.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente, eu queria que explicasse ao Senador. (Pausa.)

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Interrupção da gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes, temos três candidatos. Dois candidatos à Presidência, o Deputado Sirkis e o Deputado Márcio...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Não. Vice-Presidência, temos a Senadora Vanessa Grazziotin...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – É única. É unânime. E o Sérgio também. (Pausa.)

(*Interrupção da gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Já temos o quórum normal, mas vamos esperar mais cinco minutos. Vamos aguardar para que chegue mais alguém, senão, encerramos a votação. Os senhores estão de acordo? (Pausa.)

Ok.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – S. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Com a palavra o Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Peço um pouco mais de flexibilidade no tempo, à medida que hoje é um dia atípico, há várias eventos importantes acontecendo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Qual é a sugestão?

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Quinze minutos? Creio que não há objeção. (Pausa.)

Então, vamos aguardar, Deputado Sirkis, quinze minutos mais.

Então, às 14 horas e 55 minutos, encerraremos. (Pausa.)

(*Interrupção da gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Deputado Sirkis, descontados os quinze minutos? (Pausa.)

Na sua contagem não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Faltam três minutos? (Pausa.)

Então, vamos aguardar. (Pausa.)

Encerramos o prazo.

Encerrada a votação, convidou os Srs. Deputados Ricardo Tripoli e a Deputada Jandira Feghali para que procedam à apuração, para que sirvam como escrutinadores.

Vamos fazer a contagem para conferir com a lista.

Total de votantes: 18.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Sr. Presidente, vou anunciar os nomes, os três nomes.

Primeiro voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Segundo voto: para Presidente: Deputado Sirkis; para Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Terceiro: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Quarto voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Quinto voto: para Presidente: Deputado Alfredo Sirkis; Vice-Presidente: em branco; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Sexto voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Sétimo voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Oitavo voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Novo voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Décimo voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Décimo primeiro voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Décimo segundo voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Décimo terceiro voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Décimo quarto voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Décimo quinto voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Décimo sexto voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Décimo sétimo voto: para Presidente: Os outros dois votos estão em branco.

Décimo oitavo voto: para Presidente: Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente: Senadora Vanessa; e Relator: Senador Sérgio Souza.

Encerrada minha missão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Os votos apurados conferem com o número de votantes e apresentam os seguintes resultados:

Presidente: Deputado Márcio Macêdo – 16 votos. Deputado Sirkis – 2 votos.

Vice-Presidente: Senadora Vanessa – 16 votos e dois em branco.

Relator: Senador Sérgio Souza – 17 votos e um em branco.

Declaro eleitos os Srs. Parlamentares, convidando-os para tomar assento à mesa e passando a palavra ao Presidente Márcio Macêdo, ao Vice-Presidente e, posteriormente, ao Relator.

Peço uma salva de palmas aos que foram eleitos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE)

– Boa tarde a todas as Sr^as Deputadas e Srs. Deputados aqui presentes, eu queria inicialmente agradecer a oportunidade que este colegiado está me proporcionando, de presidir uma comissão da mais alta relevância para o País, que é a Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Cumprimento o Deputado Zacharow, que conduziu esta reunião de instalação e de eleição de forma muito imparcial e respeitosa. Quero agradecer e cumprimentar os meus colegas de chapa, que foram eleitos: a Senadora Vanessa Grazzotin, que é patrimônio do povo do seu Estado, que a exportou para o Brasil. Quero abraçar o Colega Senador Sérgio Souza, que presidiu esta Comissão e que, hoje, foi eleito Relator. Quero dizer a todas senhoras e senhores que temos um trabalho intenso nesses próximos meses de trabalho.

Estamos em um ano em que o Brasil vai sediar a conferência mais importante deste início de século, a ser realizada no Rio de Janeiro, para avaliar a Rio+20. Acho que esta Comissão tem um papel importante. Aproveito para dizer isso na presença do Deputado Alfredo Sirkis, que foi quem iniciou o debate em torno da inclusão da questão do clima na Rio+20.

Então, quero cumprimentá-lo, Deputado Alfredo Sirkis, abraçá-lo e dizer que estamos à disposição para trabalhar juntos para incluir a temática do clima na Rio+20. V. Ex^a está liderando um processo de discussão do clima no Rio, e nós vamos nos somar, ajudar nesse processo e queremos que V. Ex^a nos ajude também a conduzir os trabalhos desta Comissão, fazendo-o a várias mãos.

Então, cumprimento-o mais uma vez por ter participado desse processo. Nós conversamos anteriormente ao telefone, quando lhe disse das razões por que eu estava colocando meu nome para disputa. Assim, como V. Ex^a sabe do respeito que lhe tenho, disse a V. Ex^a que ficasse à vontade também para disputar, o

que é legítimo na democracia, é legítimo na Casa do povo do Brasil, o Congresso Nacional.

Então, ao cumprimentá-lo, reafirmo que vamos trabalhar para que a Rio+20 inclua efetivamente a temática do clima nesse momento. Temos um trabalho intenso de fiscalização e de monitoramento em relação às políticas públicas do Governo Federal em relação às mudanças climáticas, a meu ver, um trabalho intenso à frente.

Quero convidar os Senadores de Deputados que aqui estiveram nesta tarde de hoje para que possamos construir esse relatório, como da vez anterior, a várias mãos, ouvindo todos os membros desta Comissão.

Aproveito para registrar a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, Deputado Sarney Filho, dizendo que vamos buscar fazer uma agenda comum com as Presidências das Comissões de Meio Ambiente da Câmara e do Senado, a fim de que nós possamos, em torno desse tema, ter uma agenda positiva para este ano e poder contribuir para o nosso País e contribuir para o Congresso Nacional.

Antes de passar a palavra a nossa Vice-Presidente e ao Relator, gostaria de dizer que, na próxima reunião, terça-feira da próxima semana, nós vamos trabalhar para já aprovar o nosso programa de trabalho para o ano inteiro. Então, está aberto o espaço para que qualquer Deputado ou Senador envie as suas contribuições para a Comissão a fim de incorporarmos e, na próxima terça, às 14h, possamos votar o programa de trabalho desta Comissão para o ano de 2012.

Queria, mais uma vez, agradecer a todos e dizer que esse gesto que vocês fizeram hoje aqui comigo me dá a noção da responsabilidade que tenho de conduzir os trabalhos desta Comissão neste ano.

Então, muito obrigado a todos e uma boa tarde a todos nós.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, pela ordem, até quebrando de certa maneira o protocolo, pelo apertado da hora, visto que temos aqui uma tarde cheia, mas gostaria de cumprimentá-lo, de cumprimentar o nosso Relator, que tão bem presidiu a Comissão no ano passado, a Senadora Vanessa Grazziotin, e dizer, Sr. Presidente, que esta Comissão tem um papel importante a jogar na Rio+20, principalmente porque, como V. Exª acabou de dizer, o clima não está incluído na Rio+20, não ostensivamente, não objetivamente; está envolto na economia verde, mas ele não está. E os Presidentes das Subcomissões Rio+20 da Câmara e do Senado, sob a coordenação do Deputado Sirkis, até porque foi uma ideia dele, nós apresentamos uma proposta, que já está sendo realizada, de uma discussão sobre o clima, uma discussão interna-

cional, com pessoas de vários países. E há pouco, na semana passada, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, nós aprovamos um requerimento de apoio a esse evento.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, já como uma das primeiras sinalizações... Como suplente desta Comissão, não pude votar, mas, evidentemente, quero declarar que, embora o respeite, admire e tenha certeza de que V. Exª fará um grande trabalho, mas, se votasse, votaria no Deputado Alfredo Sirkis, que é do meu partido, o que é evidente e compreensível. Contudo, V. Exª tem sido um grande companheiro, um grande aliado da causa ambiental, da sustentabilidade; até mesmo aqui, no Congresso, por ocasião da votação do Código Florestal, foi um companheiro que ajudou dentro do PT.

Desse modo, nessa parceria, espero que já comecemos, Presidente, na próxima reunião ordinária, aprovando um requerimento de apoio a esse evento que está sendo realizado. A primeira reunião será agora em Recife; a segunda, no Rio de Janeiro. Assim, podemos formalizar, dar o apoio formal desta Comissão e, talvez até, Presidente, como não há tempo hábil para Recife, sei lá, fazer um requerimento. Não sei se esta reunião permite isso, que a gente possa, verbalmente, fazer um requerimento de apoio da Comissão para ele ser colocado em votação para que a gente não perca tempo e já possa inserir a Comissão nesse assunto.

Era essa a minha sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Eu queria, antes de passar a palavra para a Vanessa e para o Sérgio, informar que, ao final desta reunião, que é específica para votação, vamos abrir uma nova reunião apenas para aprovar um requerimento, porque alguns Senadores e Deputados querem ir a essa do Recife. Não é que possa ser aprovada a ida. E, na próxima reunião, fazemos um debate sobre a forma de como deve participar esta Comissão nesse processo que está sendo liderado pelo Deputado Sirkis, para que possamos ter na pauta, para as pessoas se prepararem, poderem vir, debater. Acho correto. Estarei inserido nesse processo, mas dá oportunidade de o debate ser feito por todos os membros da Comissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Deputado Zequinha, até o requerimento é de minha autoria. Seria, mais ou menos, neste sentido: Requeiro, nos termos regimentais, autorização para participação da Comissão sobre Mudanças Climáticas na reunião preparatória Rio+20, na cidade de Recife, de 12 a 15.

A reunião preparatória contará com a apresentação da Rio Clima, pelo Deputado Alfredo Sirkis, Governador de Pernambuco e assim por diante. E aí, na sequência, acho que a sua sugestão poderia até formalizar...
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Não, mas a formalização de um requerimento para que esta Comissão participe da Rio+20 acho importantíssima. E esse aqui é um requerimento para que esta Comissão participe do evento preparatório que acontecerá agora, neste final de semana, na cidade de Recife.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Então, é isso.

Passarei a palavra à Vanessa e, depois, ao Sérgio sobre a eleição. Em seguida, vou encerrar para que possamos abrir a outra para aprovar o requerimento de participação, conforme solicitação do Relator, Senador Sérgio Souza.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar todas as companheiras e companheiros, o Deputado Zequinha, que aqui está e foi um dos que trabalharam muito para que esta Comissão pudesse existir, e lembrar, Deputado, que temos, no Congresso Nacional, duas comissões mistas permanentes somente: a Comissão Mista de Meio Ambiente e a Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Então, por aí só...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu falei de Meio Ambiente, né? É porque hoje estamos com o meio ambiente na cabeça. Comissões de Orçamento e de Mudanças Climáticas. Isso mostra a importância das mudanças climáticas.

O Vice tem direito de substituir o Presidente. Como o nosso Presidente está aqui, só gostaria de agradecer a confiança de todos os nossos companheiros e companheiras e cumprimentar o Deputado Sirkis – sabemos do empenho e dedicação dele ao tema –, que, sem dúvida nenhuma, como deu no ano passado, neste ano continuará dando uma grande contribuição.

E apenas repetir, dizer que concordo: a nossa responsabilidade perante a Rio+20 é muito importante. Nós temos comissões ligadas ao tema tanto no Senado quanto na Câmara – Comissão de Meio Ambiente, de Relações Exteriores –, mas a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas tem que ter uma presença como tal. Então, dizer que estou aqui para somar, para ajudar para que a gente possa desenvolver um belo trabalho e correr, porque a Rio+20 está aqui, será em junho, e temos pouco tempo para nos organizar.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Obrigado, Senadora Vanessa.

Vou passar a palavra ao Relator eleito, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Sr. Presidente, Sr^a Vice-Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, Deputado Zacharow, que conduziu esta primeira reunião de instalação desta Comissão no ano de 2012, Deputado Sirkis. Aqui temos Parlamentares que têm responsabilidade para com este País, para com este Planeta, que estão preocupados com aquilo que, normalmente, a gente não toca, que são as mudanças climáticas. Nós sentimos seus efeitos no cotidiano da nossa vida, mas não percebemos a importância, e poucos países dão a importância que o Brasil dá.

E aí, Deputado Alfredo Sirkis, quero dizer e reconhecer aqui a sua liderança na condução desse processo, desse evento paralelo à Rio+20 para que as mudanças climáticas não fiquem sem a evidência que merecem ter, se não de forma direta, dentro da Rio+20, mas de forma indireta, por um evento paralelo. É um evento conduzido pelas subcomissões da Rio+20 da Câmara e do Senado – inclusive também sou da Comissão da Rio+20 do Senado –, pelas Comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara e pela Comissão Mista sobre Mudanças climáticas. Muitos podem entender que mudanças climáticas não são a pauta principal neste momento, mas entendemos que, se não cuidarmos desde agora, no futuro, pode ter aí um processo irreversível para a sobrevida do ser humano sobre o Planeta, para a vida do nosso Planeta como um todo.

Queria, especialmente, agradecer a cada um dos votos que V. Ex^{as}s colocaram na minha pessoa, entendendo que isso reflete o tamanho da responsabilidade que precisarei ter e terei na condução dos trabalhos na relatoria desta Comissão.

Muito obrigado a todas as Sr^as e Srs. Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Muito obrigado, Senador Sérgio.

Queria, encerrando esta reunião, agradecer, mais uma vez, a todas as Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados que participaram desta reunião de instalação e eleição. Queria parabenizar, mais uma vez, o Deputado Zacharow pela condução desse processo.

Declaro encerrada esta reunião, fazendo, automaticamente, a abertura de uma nova reunião ordinária para que seja definido e votado o requerimento do Senador Sérgio Souza.

Quer apresentar o relatório ou já está apresentado? (Pausa.)

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 15 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012, APÓS A 1ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quinze minutos do dia dez de abril do ano de dois mil e doze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio Macêdo, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Jorge Viana, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Cyro Miranda, da Deputada Jandira Feghali e dos Deputados Fernando Ferro, André Zacharow, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Leonardo Monteiro, Ricardo Trípoli, e Sarney Filho, membros da Comissão. Deixam de comparecer demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, dando inicio à apreciação do item único da Pauta: **Requerimento nº 1, de 2012-CMMC**. “requeiro, nos termos regimentais, autorização para participação da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas na Reunião Preparatória ‘Rio Climate Challenge’, a realizar-se nos dias 12 a 15 de abril corrente, na cidade de Recife, Pernambuco”. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra Senador Sérgio Souza e o Deputado Márcio Macêdo, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ataque, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2º Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Presidente do Congresso Nacional, que cria, no âmbito do Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A pauta desta reunião destina-se à apreciação de requerimento.

ITEM 1**REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012**

Requeiro, nos termos regimentais, autorização para participação da Comissão Mista sobre Mudanças

Climáticas na Reunião Preparatória “Rio Climate Challenge”, a realizar-se nos dias 12 a 15 de abril corrente, na cidade de Recife, Pernambuco.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Não vou precisar ler a justificativa. Já foi lida aqui pelo Senador Sérgio. Há alguma posição em contrário? (Pausa.)

Não havendo posição em contrário, está aprovado o requerimento.

Algum Senador ou Deputado deseja usar da palavra? (Pausa.)

Não havendo, encerro a segunda reunião, convocando a próxima reunião para quarta-feira, às 14h.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Eu havia falado terça-feira aqui... Não, não. Na outra semana. Só um minutinho. Então, na próxima terça-feira, às 14 horas, com a pauta do Trabalho Calendário de Reuniões.

Então, agradeço a todos. Boa tarde.

(Iniciada às 15 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio Macêdo, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Sérgio Souza, da Deputada Rebecca Garcia e dos Deputados André Zacharow, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Sarney Filho e Arnaldo Jardim, membros da Comissão. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, dando inicio à apreciação do item único da Pauta: **o Plano de Trabalho da CMMC**, de autoria do Senador Sérgio Souza, Relator da Comissão. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Sérgio Souza para proceder à leitura da proposta do Plano de Trabalho da Comissão. Durante a discussão do Plano de Trabalho, usam da palavra a Deputada Rebecca Garcia, Deputado Luiz Noé, Deputado Alfredo Sirkis, Deputado

Arnaldo Jardim, Deputado Celso Maldaner, Deputado Leonardo Monteiro, Senadora Vanessa Grazziotin, o Relator, Senador Sérgio Souza e o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo. Encerrada a discussão, a Presidência submete à votação o Plano de Trabalho da Comissão com as alterações propostas pelos Senhores Parlamentares. **Resultado:** Aprovado. **Item Extrapauta:** Requerimento nº 2, de 2012-CMMC. “requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, com as presenças das seguintes autoridades: a) Embaixador Alejandro A. Gordillo – Secretário-Geral da OTCA; b) Ministro Clemente Baena Soares – Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA; c) Embaixador do Equador no Brasil Horácio Sevilla Borja – Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica – CCOOR e d) Embaixador Antônio José Ferreira Simões”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Ao final, a Presidência comunica que a próxima Reunião será convocada para o dia 25 de abril corrente, quarta-feira. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Deputado **Márcio Macedo**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores aqui presentes. Cumprimento os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras presentes à 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Mudanças Climáticas de 2012.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 04, de 2008, do Congresso Nacional, do Presidente do Congresso Nacional, que cria no âmbito deste Congresso a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A pauta desta reunião destina-se à deliberação do Plano de Trabalho da comissão.

Sobre a mesa, o Plano de Trabalho devidamente distribuído às Srªs e aos Srs. Parlamentares.

Antes de dar quórum, eu estava conversando e propondo alterações na proposta do plano que o Re-

lator, Senador Sérgio Souza, vai ler e, depois, abrimos o debate para os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras poderem discutir e aprovarmos o nosso Plano de Trabalho deste ano.

Estamos no mês de abril. Então, a solicitação é que possamos debater, mas com o objetivo de aprová-lo hoje para, a partir da próxima, termos a agenda de trabalho em cima do plano.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para a leitura do Plano de Trabalho, com as suas alterações já acordadas entre nós para o debate com os demais membros da comissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, primeiramente, gostaria de registrar a presença de membros desta Comissão na reunião que aconteceu na cidade de Recife, que era a Rio Clima, para a discussão de um evento paralelo, para discutir mudanças climáticas durante o período da Rio+20.

Estiveram presentes membros desta comissão como V. Exª, eu também estive. Os trabalhos foram coordenados por um membro desta comissão, o Deputado Alfredo Sirkis; estiveram também presentes outros Deputados a exemplo do Deputado Zequinha Sarney, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e importantes personalidades, inclusive o Governador de Pernambuco, o nosso Ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil, entre outras importantes personalidades que têm uma preocupação com o clima.

No que tange ao Plano de Trabalho desta Comissão, no ano de 2012, nós fizemos uma primeira análise na semana passada e, depois, no início desta semana, e, agora há pouco, enquanto chegávamos ao quórum necessário para a abertura dos trabalhos, fizemos umas poucas alterações, o que será relatado quando chegar nesse item, porque estará diferente do que V. Exªs têm em mãos.

Passamos à leitura do Plano de Trabalho.

Congresso Nacional.

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Plano de Trabalho 2012.

Apresentação.

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) foi criada com o objetivo de concentrar, em um único órgão, os esforços do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativos ao tema. O colegiado tem como missão acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Os trabalhos da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas em 2012 serão orientados por este Plano de Trabalho, após aprovação pelos membros do colegiado.

Ressalto a V. Ex^{as}s que isso não impede que cada um dos membros desta comissão possa sugerir temas a serem incluídos durante o ano dos trabalhos.

Eixos estruturantes.

Segurança energética, alimentar e nutricional, no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima;

Integração das estratégias nacionais de conservação da biodiversidade, de redução do desmatamento e de combate à desertificação com a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) e;

Diagnóstico da estrutura institucional dos Estados para combate ao desmatamento, no contexto do desenvolvimento sustentável da mudança do clima.

Condução dos trabalhos.

A realidade política nacional e internacional impõe a consideração de três eventos que terão reflexos na condução dos trabalhos desta comissão durante o ano de 2012, sendo eles a realização da Conferência Rio+20, a 18^a Conferência das Partes que é a COP-18, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), no plano internacional, e a realização das eleições municipais, no plano doméstico.

Nessas circunstâncias, propomos a repartição do tema em quatro períodos principais no intuito de otimizar e conferir o foco aos trabalhos desta comissão:

No primeiro período, de 23 de abril a 22 de junho de 2012, sugerimos a discussão de temas relacionados à mudança do clima e que guardam estreita relação com os assuntos a serem tratados na Rio+20;

De 13 a 20 de junho: acompanhamento e participação efetiva com audiência pública desta comissão na Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro.

O segundo período, que vai do dia 23 de junho a 16 de julho de 2012: propomos a avaliação dos resultados da Rio+20 e debate sobre a conservação da biodiversidade e conservação dos oceanos.

De 17 de julho a 1º de agosto de 2012: teremos o recesso Parlamentar e não haverá trabalhos desta comissão.

No terceiro período, que vai do dia 2 de agosto a 28 de outubro de 2012, propomos a realização de audiências públicas externas, destinadas a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações relativas à mudança do clima nos diversos biomas brasileiros.

No quarto e último período, que vai do dia 29 de outubro a 25 de novembro de 2012 e também de 26 de novembro a 07 de dezembro; e de 08 a 21 de dezembro, sendo, no primeiro período, a discussão de

temas de política nacional relacionadas a mudança do clima com vistas à COP-18. Logo após, o acompanhamento e participação desta comissão na COP-18 que acontecerá na cidade de Doha, Qatar e, do dia 08 a 21 de dezembro: a avaliação dos resultados sobre a COP-18, essa COP que é o evento das Nações Unidas mais importante, que trata, especificamente, da questão de mudanças climáticas.

Nesse período, teríamos a discussão e apreciação do relatório final desta comissão.

Com as seguintes atividades, senhoras e senhores: as reuniões e audiências públicas no primeiro período, de 23 de abril a 22 de junho, a Rio+20 e Cúpula dos Povos. Essa seria, pelo menos, a sugestão da primeira audiência pública.

Rio+20 e Cúpula dos Povos: processo de preparação da Conferência, nas esferas da Organização das Nações Unidas, do Governo brasileiro e da sociedade civil.

Temas da Rio+20: promoção da Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

Temas da Rio+20: estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável;

Temas da Rio+20: segurança energética no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima;

Temas da Rio+20: segurança alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento sustentável da mudança do clima;

Há um último item redundante que será suprimido na sequência.

Desertificação e mudança do clima: ações de prevenção e adaptação do semiárido nordestino.

O último item que está ali (subdividido em dois que estão antes), foi uma das alterações, mas já estava previsto como segurança alimentar e nutricional.

No segundo período, de 23 de junho a 16 de julho, que é o período pós-Rio+20, teremos avaliação dos resultados e perspectivas, estratégias nacionais de conservação da biodiversidade brasileira e combate ao desmatamento no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima. E aqui nós estaríamos incluindo a Avaliação Estratégia (esta é também outra mudança de local) do novo Código Florestal, impactos positivos e negativos de médio e longo prazo em relação às metas da política nacional de mudança do clima. E também a acidificação e conservação dos oceanos no contexto da mudança do clima.

No terceiro período, que vai de 02 de agosto a 28 de outubro, teremos a realização de quatro... Na verdade, não vamos colocar mais um número de audiência. Teremos a realização de audiências públicas

externas destinadas a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações relativas às mudanças do clima em diversos biomas brasileiros.

No período de 29 de outubro a 25 de novembro, que é o quarto período, teremos a realização de três audiências públicas para a discussão dos principais planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima. Teremos agricultura de baixo carbono, que é o Plano ABC; Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, que é o PPCDAm; e a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado, que é o PP-Cerrado. Haverá também uma audiência destinada à indústria, siderurgia e mineração – claro que sempre voltada às questões de mudanças climáticas –, e também energia e transportes.

Na sequência, Avaliação do novo Código Florestal... Aliás, isso foi suprimido daqui e foi para o item anterior... e passaríamos... É o que eu disse a vocês: a questão do Código Florestal veio no segundo período e vai do dia 23 de junho a 16 de julho. E aí nós teríamos, por fim, a realização, no quarto período, do Seminário Internacional, conforme itens e atividades complementares abaixo.

Atividades Complementares:

- realização de Seminário Internacional sobre mudança do clima ao final dos trabalhos da Comissão no ano de 2012;
- realização de olimpíada nacional de mudança do clima e desenvolvimento sustentável com premiação durante o Seminário Internacional;
- elaboração de um banco de melhores práticas em desenvolvimento sustentável e mitigação e adaptação à mudança do clima em ambiente eletrônico vinculado à página da CMMC na Internet.

Resultados Esperados:

- atualizar o conhecimento sobre a atuação dos órgãos de governo em relação ao tema;
- elaborar relatório sobre boas práticas para os diversos poderes da república;
- proporcionar a circulação, no Senado e na Câmara dos Deputados, dos conhecimentos relacionados à mudança do clima de forma a subsidiar a atuação do Parlamentar sobre o tema;
- reunir informações para subsidiar a participação de Parlamentares na Conferência Rio+20 e na COP-18;
- colaborar, de modo consistente, com a implementação de políticas de mitigação e adaptação à mudança do clima;
- cooperar para a construção de uma cultura de conservação dos biomas brasileiros tendo em vista a redução de emissões de gases de efeito estufa e a prevenção de desastres decorrentes de eventos climáticos externos;

- contribuir para o aprimoramento da legislação brasileira e de enfrentamento à mudança do clima.

São estas as sugestões que o Relator apresenta a V. Ex^{as}s neste momento, ficando a critério de cada um o envio de sugestões para aprimorar e melhorar nosso plano de trabalho para o ano de 2012.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Obrigado ao Senador Sérgio Souza, Relator desta Comissão. Está aberto o debate e está inscrita a Deputada Rebecca Garcia.

A SR^a REBECCA GARCIA (PP – AM) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar nosso Relator, Senador Sérgio Souza; nosso Presidente, Deputado Márcio Macêdo.

Eu gostaria de, como sugestão, na verdade em nada alteraria aqui os trabalhos, mas eu vejo que nós estamos vivendo um momento muito especial em função da Rio+20. Então, eu acredito que seja o momento para se trabalhar todos os temas afins aqui na Casa.

Então, eu gostaria de sugerir que fosse feito um levantamento dos projetos de leis que de alguma maneira podem impactar na mudança do clima, que existem hoje dentro da Câmara e dentro do Senado, e que nós levássemos essa demanda aos Presidentes, tanto da Câmara quanto do Senado, para que, se possível, dessem atenção especial para a aprovação desses projetos. Eu vejo que a possibilidade de a Rio+20, em junho, seria, não vou dizer uma desculpa, mas uma oportunidade de acelerar projetos que estão aqui na Casa parados há muito tempo e que são de grande importância para as questões ambientais.

SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Deputado Luiz Noé.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Quero parabenizar pela sistemática apresentada. A metodologia mostra que nós vamos ter um ano bem proveitoso.

Gostaria também de sugerir à Comissão que fosse incluída, dentro desses eixos, uma audiência pública na questão do que se refere a biocombustíveis: biogás, biodiesel... Porque, hoje em dia, as bioenergias são muito presentes em nossas vidas, nós estamos percebendo a poluição em nossas cidades. Lembro da “cultura da morte”, que é a cultura do petróleo, já tradicional poluidor, enfim... E também pela própria escassez desse meio nos próximos anos.

Então, eu sugiro colocar nesse eixo da questão das energias renováveis, a questão dos biocombustíveis e biomassas.

SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Muito bem, Deputado Noé.

Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, como o Exmº Sr. Presidente colocou em sua introdução, existe um evento, que é o Rio Clima, que foi convocado pelas Presidências das Subcomissões da Rio+20, mas também pela então Presidência desta Comissão junto com outras Comissões, como a de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, do Senado.

V. Exás compareceram ao evento, tiveram lá uma atuação na cerimônia de abertura, e eu tive acesso a uma versão anterior desse documento em que o evento constava. Estou aqui surpreso de ver que o evento não consta. Então, esta Comissão terá de simplesmente se decidir se deseja ou não fazer parte desse evento, que é o principal evento sobre o clima, paralelo à Rio+20, que foi, em um passado recente, uma das signatárias de convocação.

Se é para de fato fazer parte disso aí, ver de que forma a Comissão pode apoiar a realização de um evento grande, ambicioso, com a provável participação de três dos quatro ex-Presidentes brasileiros, do Maurício Strong, que dirigiu a Conferência Rio-92, da Christiana Figueres, que é a Secretária Executiva da Convenção do Clima e de numerosas personalidades nacionais e internacionais que são vanguarda nessa questão.

Então, não vejo aqui, embora em uma versão anterior que eu tenha eu meu gabinete constava o evento. Não sei a quem isso se deve, mas penso que esta Comissão ou não participa – como se depreende da leitura disto aqui – ou participa, mas, se participar, deveria de fato dar suporte, apoio, ajudar esse evento, não apenas com a presença de membros num determinado instante pontual, deveria de fato se empenhar em ajudar esse evento, cuja responsabilidade está sendo assumida basicamente pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro do ponto de vista logístico, e pelo grupo de facilitadores brasileiros que a compõem, do qual fazem parte Luiz Pinguelli Rosa, que é o Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Sérgio Besserman, que é o Secretário Executivo do Fórum de Mudanças Climáticas do Rio de Janeiro, o Fábio Feldmann, ex-Presidente do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e assim por diante – praticamente todas as pessoas significativas na questão climática do Rio são convocadoras desse evento. Então, penso que seria de bom alvitre que esta Comissão apoiasse ativamente esse evento. Se não for possível, paciência.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Deputado Jardim.

Ao final das falas faremos os encaminhamentos devidos.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Presidente, nobre Senador, nosso relator e demais companheiros, primeiro quero dizer que me pareceu ex-

tremamente interessante e oportuna a lembrança feita pela Deputada Rebecca, acho que realmente é uma grande oportunidade.

Lembro que, às vésperas da COP-17, nós conseguimos criar um clima de muita pressão com a aprovação do Fundo de Mudanças climáticas, exatamente na expectativa de podermos ofertar algumas questões. Então, fazer essa listagem de temas que estão tramitando aqui no Congresso Nacional, Câmara e Senado, para que possamos fazer uma agilização ou termos um momento de desfecho, acho que é muito interessante e muito correto. Quero subscrever isso.

Quanto ao plano, estou de acordo, está bem interessante. Dentre esses itens todos, também me entusiasma muito essa ideia da elaboração do banco de melhores práticas. Acho que nós podemos fazer isto, disseminar boas experiências. Acho que vai ser algo extremamente útil, ajuda a fazer uma cultura, gerar comportamentos. Portanto, é muito importante.

Quero fazer uma observação de conteúdo aqui, permitam-me fazer isso. Acho que, de forma geral, está correto, mas há um componente – parece que estou repetindo aqui uma discussão que levantei um ano atrás, mas acho que ela se coloca mais uma vez –, há um componente aqui... Fala-se da questão da biodiversidade, dos biomas, mas o componente urbano está muito ausente dessa pauta de trabalho, a dinâmica das cidades, que congrega acentuada participação da população, logicamente só as regiões metropolitanas. E há uma peculiaridade: este ano nós temos eleições municipais. Nós, que aqui na Comissão temos compromisso com a questão ambiental, temos preocupação com a mudança climática, devemos enxergar este momento como um momento também muito interessante. Da mesma forma como a Rio+20 pode fazer com que andemos mais rápido em algumas coisas, as eleições municipais – eu proponho que isso seja logo depois da Rio+20 – poderiam concentrar a nossa preocupação.

De repente, poderíamos fazer um determinado momento em que, focados na questão urbana, cidades sustentáveis, nós pudéssemos discutir aqui e até ter – a Comissão – a pretensão de veicular para os candidatos a prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras, uma pauta propositiva, ativa, na questão de mudança climática versus cidades, versus sítios urbanos. Então, eu acho que isto pode ser encaixado, e eu proporia que fosse logo depois da Rio+20: nós pensarmos em um momento concentrado de reflexão sobre algo que alguns chamam de Agenda Marrom – há diversas denominações –, que é a dinâmica das cidades, que abrange a questão da poluição, a questão dos resíduos, diferentes aspectos combinados, enfim, a questão ambiental/mudança climática nas cidades.

E qual é o objetivo? Ao final, gerarmos uma conclusão que nós possamos difundir, oferecer aos candidatos pedindo seu compromisso com a questão das mudanças climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Muito obrigado, Deputado Jardim.

Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Sr.

Presidente Márcio Macêdo, nosso relator Sérgio Souza, nosso Senador, quero apenas parabenizar a metodologia de trabalho apresentada.

Acho que o Deputado Jardim foi muito feliz, acho que temos de tentar agregar o tema às eleições municipais. Poderá haver prejuízos nesse período eleitoral, mas acho que, quanto a esse tema, dá para agregar.

Eu gostaria só de sugerir – não sei se cabe aqui nos temas, nos eixos estruturantes, talvez já esteja previsto nas estratégias de conservação da biodiversidade – o foco na questão de pagamento por serviços ambientais, quem sabe fazer audiências públicas, convidar pessoas de outros países, já que há muitas experiências em outros países. Aqui perto temos a Costa Rica, mas há também países da Europa nos quais existe o pagamento por serviços ambientais e fundos. Na Costa Rica existe o Fonafifo, um fundo que sai das grandes hidrelétricas, que sai do próprio petróleo, porque, sem recursos, não se vai... Então, acho que isso é fundamental. O Senado também aprovou, mas, para ser regulamentado, da onde é que vai sair o dinheiro para a preservação, para a conservação das florestas? Então, acho que é um foco muito interessante discutir isso, ver experiências internacionais, procurar definir de onde vai sair o dinheiro para a preservação. Acho que esse é um foco importante.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Muito obrigado, Celso Maldaner.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr.

Presidente, eu também queria cumprimentar a Mesa, V. Ex^a, como Presidente da Comissão, e o nosso Senador Sérgio, relator.

Também queria dizer que achei interessante essa proposta de trabalho, que é também uma forma de nos prepararmos para duas conferências importantes, sobretudo para a primeira, a Rio+20.

Mas também queria ressaltar aqui algo mencionado pelo Deputado Jardim: a necessidade de trabalharmos temas, talvez promovendo discussões externas em algumas regiões importantes do País, sobre a questão urbana.

Em Minas Gerais, temos bacias importantes nas quais mais de 90% ou quase 100% do esgotamento

sanitário é jogado sem tratamento. Enquanto isso, temos recursos no Ministério das Cidades e no Ministério do Meio Ambiente, recursos que poderiam viabilizar a solução de um problema sério do meio ambiente. Muitas vezes, os nossos prefeitos são incapazes de elaborar um projeto, não conseguem elaborar um projeto, principalmente nas cidades médias e pequenas, a grande realidade deste País.

Por isso, vejo que a nossa Comissão poderia ser um catalisador, poderia provocar um debate com associações de prefeitos e prefeituras e fazer esse intercâmbio aqui no governo federal, principalmente no momento que antecede a discussão do Orçamento. Do meio do ano para frente nós nos preparamos para votar o Orçamento. Então, nós poderíamos fazer um debate com o intuito de preparar as nossas cidades para disputar o Orçamento no sentido de viabilizar recursos que venham ao encontro do objetivo de melhorar a questão ambiental em nosso País, principalmente neste ano em que, como se diz popularmente, a terra está fértil. Há um grande debate no País sobre Rio+20, sobre a COP-18. Então, é oportuno que a nossa Comissão possa aproveitar e fazer esse debate sobre a questão urbana também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Agradeço ao Deputado Leonardo.

Vou tentar sintetizar aqui o que foi colocado de forma muito pertinente por todos os Deputados que fizeram uso da palavra. Se todos estiverem de acordo, já encaminhamos nesse sentido. Se não, abrimos para destaques, para debates. Depois eu vou passar a palavra ao Senador Sérgio para que apresente suas considerações.

Primeiro em relação ao que a Deputada Rebecca colocou aqui, no que foi corroborada pelo Deputado Jardim, eu acho que é de extrema importância. Por exemplo, eu já me lembro de dois projetos aqui, de cabeça, que tem do *headge*, que é um de autoria de V. Ex^a e outro do Senador Eduardo Braga, que acho fundamental. Então eu já vou colocar como incorporado, se assim o Senador Sérgio também concordar, em relação à proposta que a senhora fez.

Da mesma forma o que o Deputado Noé colocou aqui. É mais um *up grade* em relação à discussão das energias renováveis, que acho importante. Então eu considero, se houver concordância de todos, que já seja incorporado ao nosso plano de trabalho as duas proposições, tanto a da Deputada Rebecca quanto a do Deputado Noé.

E acho que eu comprehendi que, ao final desse levantamento, nós possamos ter uma audiência com o Presidente da Casa, do Senado, e com o Presiden-

te da Câmara, em que a Mesa, e acompanhado dos Deputados que assim desejarem, possa apresentar essa solicitação aos Presidentes, que possam colocar esses projetos em regime de urgência, para serem votados, que seja até antes da Rio+20, que acho que era importante para o Brasil.

Em relação ao que o Deputado Alfredo Sirkis colocou aqui, eu não conheço essa primeira versão do documento, não tive acesso. Tive acesso à ultima versão que nós debatemos e construímos a partir das linhas gerais que tanto eu quanto o relator colocamos, a equipe técnica sentou e traduziu, em formato técnico, a compreensão que o Sérgio tem e com a minha ajuda nesse sentido.

Mas acho, Sirkis, que o que foi aprovado aqui é um plano de trabalho genérico. E é óbvio que esta Comissão, na minha opinião, deve apoiar a Rio Clima, assim como os outros eventos paralelos também. Tem um evento da Globe, que acho muito importante, que reúne todos os parlamentares, reúne, melhor dizendo, parlamentares da temática ambiental no mundo; tem eventos do movimento social, nos quais eu acho que a gente tem que estar inserido também; e esse da Rio Clima tem um detalhe que é um membro desta Comissão que está coordenando, liderando o processo, acho que a gente tem que apoiar. É sentar à mesa desta Comissão, com a coordenação da Rio Clima, para a gente poder discutir como é que a gente pode ajudar nas possibilidades desta Comissão, e ajudar a estarmos inseridos nesse projeto. A nossa audiência pública lá inclusive pode ser dentro do evento Rio Clima.

Então, eu estou à disposição, o Senador Sérgio, antes de falar isso, eu combinei com ele aqui, é de concordância dele, tenho certeza de que é de concordância da Senadora Vanessa. Vamos sentar com V. Ex^a e discutir como esta Comissão pode ajudar e estar inserida no evento de forma integral e na plenitude.

Queria, em tempo, cumprimentar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Deputado Zequinha Sarney, e, ao final, nós vamos colocar uma proposta que ele teve hoje na Comissão de Meio Ambiente para esta Comissão.

Então, Deputado Alfredo Sirkis, eu acho que é essa a posição. Queria, para concluir, em relação ao que o Deputado Jardim aqui colocou de forma muito também importante, reforçando a ideia da Deputada Rebecca, e uma discussão das cidades, que está de forma transversal aqui, mas não está de forma central. Eu acho que esse é um ponto que o senhor identificou com muita propriedade e eu quero sugerir ao Senador Sérgio que incorpore essa sua sugestão, que possa discutir sobre as cidades sustentáveis, e incorporar, no plano de trabalho, essa questão urbana. Se a gen-

te definir aqui, se for concordância, ele já incorpora e informa aos Srs. Deputados e Deputadas.

Queria dizer também que fiquei muito contente com as falas aqui, acho que foram todas para complementar o plano de trabalho. O que Celso Maldaner colocou aqui é fundamental. Está prevista uma discussão sobre financiamento, tem um indicativo de ser na audiência Rio+20, mas não necessariamente, se a gente entender que pode ser feito numa audiência até aqui, que é a questão do financiamento, e o pagamento dos serviços ambientais, inclusive tem projetos tramitando na Casa, que acho que podem ir tanto na linha do que a Deputada Rebecca colocou aqui quanto na audiência pública nós discutirmos o financiamento do sistema, que é fundamental. Senão, a gente pode discutir tudo isso, se não tiver os recursos para implementar, teremos dificuldades nessa implementação. Por mim também considero incorporado ao programa, se assim o Relator concordar. Na mesma linha foi o Deputado Leonardo Monteiro, que colocou a importância do fortalecimento da discussão urbana e das cidades, conforme o Deputado Jardim e do financiamento que aqui colocou o Deputado Celso.

Considero incorporados, na minha opinião, se houver concordância de todos aqui e se o Relator Senador Sérgio concordar, que sejam incorporados esses temas que foram colocados aqui para debate pelos nobres Deputados.

Muito obrigado.

Queria consultar se a nossa Vice-Presidente, que estava em outra tarefa da reunião da Mesa do Senado, se quer usar a palavra e depois eu passo para o Relator Sérgio para concluir essa primeira fase do debate.

A SR^a VANESSA GRAZZOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero mais uma vez pedir desculpas, Sr. Presidente, porque tive que me retirar para participar da reunião da Mesa do Senado, mas havia sugerido uma inclusão na primeira página do plano da comissão, do plano de trabalho, nos eixos estruturantes.

O segundo item refere-se à integração das estratégias nacionais de conservação da biodiversidade, redução do desmatamento, combate à desertificação com a política nacional do clima. Temos que integrar ações da política nacional de mudanças climáticas, que tem como objetivo exatamente a conservação da biodiversidade, a redução do desmatamento, mas é preciso colocar que isso tudo tem que estar a serviço da inclusão social, ou seja, da sustentabilidade. Os senhores e as senhoras podem dizer que no item 1 e no item 3, desse mesmo eixo, já falamos sobre desenvolvimento sustentável. Na minha opinião, todos os três têm que expressar a questão do desenvolvimento sustentável.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão é que ficaria integração das estratégias nacionais de conservação da biodiversidade, de redução do desmatamento de combate à desertificação, com a política nacional de mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero dizer que, se houver concordância dos demais Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras aqui presentes e com a concordância do Relator por mim, já está incorporado porque complementa o texto.

Muito obrigado Senadora Vanessa.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Sirkis, como houve uma rodada e o Relator pediu a palavra, o Senador Sérgio...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas é sobre o nosso plano de trabalho Deputado Sirkis?

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Exatamente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Se for, gostaria de ouvir V. Ex^a antes, Sr. Presidente, se possível e depois farei as minhas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Em comum acordo com o Relator, com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Vice-Presidente, simplesmente para incluir o evento que foi mencionado e entendo que haja diversos eventos, mas esse evento, cá entre nós, tem uma certa peculiaridade, é o principal evento sobre clima da Rio+20 e essa comissão é uma comissão do clima, a Globe trata de um leque de assuntos muito amplo, que tem mais a ver com o temário da Rio92, que os senhores sabem muito bem que exclui a questão do clima, e além do que foi originalmente subscrito pelo Presidente desta Comissão e está sendo organizado por um membro desta comissão.

Então, parece-me que seria de bom alvitre simplesmente incluir a menção do evento nas atividades propostas da Rio+20, tão simples quanto isso.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Estou de acordo. Se houver concordância de todos e se o Relator assim acatar tem a minha concordância também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, vou seguir a ordem também que foi colocada pelos Srs. e Sr^{as} Deputadas, o primeiro é o levantamento dos projetos sugerido pela Deputada Rebecca, eu não sei se esse item específico tem que estar dentro do nosso plano de trabalho. Acho que poderia ser uma ação da comissão, ser uma carta, um ofício, uma audiência da Comissão da Mesa e convidarmos

todos os parlamentares, como V. Ex^a, Sr. Presidente, sugeriu e irmos até o Presidente da Mesa das duas Casas, numa ampla audiência, e fazermos, entregarmos essa nossa solicitação, que seria uma solicitação desta comissão. Mas não como um plano de trabalho. Seria mais uma ação da comissão.

E, dessa forma, eu sugeriria, com o respeito e a concordância da Deputada Rebecca, inserir objetivo, porque vai ser uma ação focada e vai terminar ali. É lógico, depois nós vamos cuidar.

Passando...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Ok. Só um minutinho, Senador. Acho que está de acordo que a nossa equipe aí já faça o levantamento e tome as providências formais de audiência para a gente...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Está certo. O que seria de fato é um levantamento de todos os projetos de lei relativos, atinentes ao clima ou às mudanças climáticas que estejam tramitando no âmbito do Congresso Nacional e que nós façamos, no âmbito de cada uma das Casas, uma reunião, uma audiência com a Mesa Diretora dessas Casas, solicitando a agilidade necessária, tendo em vista inclusive o advento da Rio+20. E é o momento oportuno.

Eu acho que nós não podemos, realmente, perder essa oportunidade.

O Deputado Luiz Noé coloca a questão dos biocombustíveis. No ano passado, nós já tínhamos conversado um pouco sobre isso e não houve tempo. Eu sugiro então que nós coloquemos ali, Deputado Luiz Noé, dentro do plano de trabalho, onde vamos tratar de energia e transportes. Energia. Daí subdividiríamos. Está lá no quarto período, de 29 de outubro a 25 de novembro. Quando nós tratarmos de energia, aí nós colocaríamos a energia renovável, biocombustíveis e promoveríamos uma alteração, na sequência, nesse sentido, Sr. Presidente. Seria a minha recomendação.

No que diz respeito à Rio Climate, Deputado Alfredo Sirkis, nós havíamos feito uma discussão anterior, por isso foi, vamos dizer assim, retirado do texto. Justamente por isso. Porque o texto é aqui o plano de trabalho da comissão, que vai nortear os trabalhos da comissão.

Na Rio+20, haverá dezenas de temas ligados diretamente ao evento das mudanças climáticas, desde a economia verde. No entanto, as suas ponderações no sentido de que esse será o evento mais importante sobre mudanças climáticas, e uma vez que nós estamos sugerindo ali, no primeiro período, nos dias 13 a 22 de junho, o acompanhamento e participação, com audiência pública, na Rio+20, então nós poderíamos incluir aqui também. Aí temos que só discutir qual é o termo – e depois consultarmos a assessoria desta

comissão –, se é a participação da comissão na Rio Climate, se é o apoioamento da comissão na Rio Climate, qual é o termo correto para colocar aqui no texto; a palavra correta.

Mas uma coisa fica definida de fato, que é a inclusão desta comissão então, Sr. Presidente, nos trabalhos da Rio Climate, que vai ocorrer, necessariamente, no mesmo período. Inclusive já houve a participação. O apoio. Seria essa a sugestão então. Participação e apoio.

Com relação à sugestão do Deputado Jardim, importantíssima. Realmente, eu concordo com V. Ex^a, e passou despercebido, no momento em que nós elaboramos este plano de trabalho, o impacto dos centros urbanos nas questões das mudanças climáticas. Porque há uma visão muito limitada achando que os impactos ocorrem somente no meio rural, nas florestas, nos rios. E não. Na verdade, os centros urbanos são os grandes impactadores das mudanças climáticas. Nós temos que aprofundar um pouco mais isso.

Se nós olharmos aqui, nós temos plano de desmatamento da Amazônia, nós temos plano de desmatamento do cerrado, nós temos agricultura de baixo carbono, mas não temos nenhuma ação, inclusive dentro do Governo, sendo construída no que diz respeito aos impactos das áreas urbanas.

Eu acho que há uma oportunidade desta comissão – eu até sugeri aqui um texto –, que seria o Impacto dos Centros Urbanos nas Mudanças do Clima, soluções. Aí temos que indicar, na sequência, no final, quais seriam as soluções, e isso daria um norte até mesmo para promovermos uma audiência pública específica para tratar desse tema *in loco* ou em algum centro urbano ou no próprio Congresso Nacional.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Cidade sustentável.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Cidade sustentável, perfeito.

Pagamento de serviços ambientais, do Deputado Maldaner, também acho que é prudente, inteligente e em ambas as Casas tem esse debate. Eu mesmo fui signatário de uma emenda no Código Florestal, aprovada aqui no Senado, para ter o pagamento de serviços ambientais no âmbito também do Código Florestal.

Por fim, a inclusão dos Municípios no debate. Temos, aqui dentro do plano de trabalho, lá nos “eixos estruturantes”, o diagnóstico da estrutura institucional. Está escrito “dos Estados”. Então, estou sugerindo que seja “das unidades federativas”, e aí incluem Municípios também. E para o combate vamos fazer esse diagnóstico.

Esses exemplos, positivos ou negativos, a ideia é promovermos audiências públicas regionais, com a

presença de todas essas unidades federativas. Claro, todas as estaduais. Municipais talvez aquelas que tenham um exemplo que seja importante para o Congresso Nacional. Mas para que todos tragam as suas experiências e as suas ações no que diz respeito à mudança do clima.

Sabemos que poucos Estados têm legislação nesse sentido. Cito aqui o Estado de São Paulo, que está muito avançado; o Estado do Paraná que agora, somente agora, é que está votando; e a Amazônia, é claro, porque a então Deputada e hoje Senadora Vanessa Grazziotin e a Deputada Rebecca sempre foram precursoras na elaboração de legislação nesse sentido.

Então, Sr. Presidente, com essas alterações sugeridas pelos nossos colegas, faço a apresentação do plano de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Então, pela compreensão aqui do Presidente foram incorporadas as sugestões trazidas pelos nobres Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. E óbvio que isso está submetido a uma redação técnica apropriada.

Senador Sérgio, estou dizendo aqui que foram incorporadas as sugestões dos Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, obviamente, submetidas à redação técnica apropriada para o plano de trabalho.

Não havendo mais quem queira discutir, vou submeter à votação o Plano de Trabalho desta comissão.

Os senhores e senhoras que concordarem com o Plano de Trabalho aqui apresentado pelo Relator Sérgio permaneçam como estão.

Aprovado o Plano de Trabalho para 2012 da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Pois não, Sr^a Vice-Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É que apresentei um requerimento e gostaria, se possível, que pudéssemos votar extrapauta, visto que amanhã votaremos em outra comissão, Sr. Presidente.

A Mesa está afinada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Com certeza.

Está aqui o requerimento da Senadora, Vice-Presidente das Comissões, Vanessa Grazziotin. E também há aqui uma questão que queria colocar. O Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, está aqui presente. Vou iniciar pelo requerimento. Em seguida, debateremos também uma sugestão do Deputado Sarney Filho.

Comissão Permanente sobre Mudanças Climáticas, requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012-CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, com as presenças das seguintes autoridades:

a) Embaixador Alejandro A. Gordillo – Secretário-Geral da OTCA;

b) Ministro Clemente Baena Soares – Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA;

c) Embaixador do Equador no Brasil Horácio Sevilla Borja – Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica – CCOOR e

d) Embaixador Antônio José Ferreira Simões.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em discussão o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Apenas para justificar, eu tive reuniões importantes com a OTCA, um organismo que está sob a direção do Equador. É um organismo importante para a Amazônia. Eles estão desenvolvendo uma série de projetos no âmbito da OTCA no sentido de integrar as ações do bioma amazônico como um todo. Fizeram, no inicio deste ano, acho que no final do ano passado, ainda uma reunião importante, com todos os chanceleres, de todos os países amazônicos, uma reunião coordenada pelo Ministro Patriota, onde discutiram essas ações e o fortalecimento da OTCA. Eles me colocaram uma série de projetos que vêm sendo desenvolvidos e entendo que seria importante que ouvíssemos, na Comissão de Relações Exteriores do Senado e também em conjunto com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Presidente, acho que o requerimento é importante, porque nos trará informações grandiosas, que poderão até ajudar no desenvolvimento do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Não havendo mais oradores inscritos, coloco em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Quem concorda com a aprovação do requerimento permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Queria, para finalizar nossa reunião, ver mais um ponto aqui.

Hoje, pela manhã, foi debatido na Comissão de Meio Ambiente da Câmara um... Hoje era o prazo para o Relator do Código Florestal, Deputado Paulo Piau, apresentar o seu relatório para ser votado no dia 24. O Presidente da Câmara condicionou que só colocaria em votação se o relatório fosse apresentado com uma semana de antecedência, isto é, hoje, para ser votado na quarta-feira, em virtude que tem Projeto do Senado com amplo consenso nas duas Casas. Se existem algumas mudanças no Projeto apresentado pelo Senado é necessário um tempo para poder ser analisado e ser discutido.

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara hoje aprovou um ofício, endereçado pelo Presidente da Comissão, para que o Presidente desta Casa assim o procedesse, que tivesse o prazo de uma semana, se não foi apresentado hoje que não seja votado dia 24, apresentado sexta, que tem o prazo necessário, determinado pelo Presidente da casa, para que pudessem todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, terem acesso ao conteúdo do relatório.

O Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão, propôs que fosse assinado por ele, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e por mim, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que também tem relação com o tema. Informei a ele que eu iria colocar isso aqui, em debate, na tarde de hoje. Pedi para que ele estivesse presente para poder relatar o que aconteceu.

Passo a palavra ao Deputado Sarney Filho, após a fala do Deputado está aberta a discussão.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Nobres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, na realidade esta Comissão é mista e o assunto está sendo tratado na Câmara dos Deputados. Portanto, a nossa preocupação... porque é evidente que V. Ex^a, como Deputado e Presidente desta Comissão, tem a faculdade de interagir na Câmara dos Deputados. O que ocorre é que o Presidente da Casa, reiteradas vezes, em duas reuniões de Líderes, se comprometeu de que o relatório do Deputado Piauí iria ser disponibilizado terça-feira, no máximo no dia de hoje, portanto, uma semana antes da votação. No entanto, ontem o Deputado Piau chegou a marcar uma coletiva com a imprensa, chegou a dizer que iria entregar o relatório às 18h e, inesperadamente, sem nenhuma justificativa plausível, ele adiou para sexta-feira a entrega desse relatório.

Ora, na sexta-feira, evidentemente muitos de nós, inclusive eu, não estaremos aqui. Na realidade, como a entrega do relatório já foi adiada várias vezes, ninguém sabe ao certo quando é que esse relatório vai ser entregue. O próprio Líder do PMDB, nosso companhei-

ro Henrique Alves, disse ao Deputado Chico Alencar que não era interesse deles apresentarem o relatório com muita antecedência, para evitar que esse relatório sofresse críticas muito contundentes da imprensa.

Acredito que é uma atitude temerária e desnecessária. Toda a Câmara já tem o seu posicionamento. Eu acredito mesmo que o meu posicionamento é minoritário na Câmara, assim como o de V. Ex^a. Vamos lutar para que a gente possa ganhar. Mas o Presidente da Casa fez publicamente esta afirmação. Ele disse que, se não entregasse, não iria ser votado na semana que vem.

Então, na Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nós colocamos hoje em votação a cobrança da palavra do Presidente e evidentemente, por unanimidade, a comissão aprovou que nós fôssemos lá.

Não creio, Deputado Márcio Macêdo, como é uma comissão mista, que caiba aqui uma votação a esse respeito. Mas, como V. Ex^a é um Deputado importante e não está evidentemente falando em nome da comissão, porque a comissão, até pela própria composição, não pode falar pela Câmara, mas que era necessário que V. Ex^a, como vai assinar o documento, já manifestou esse desejo, que comunicasse a Casa e explicasse os motivos pelos quais está assinando esse documento. Então, era essa a minha preocupação. Não há nenhuma discussão de mérito, há apenas uma discussão de...

(*Falha na gravação.*)

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Que diz respeito especificamente à Câmara dos Deputados. Então, era essa a observação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Eu vou passar a palavra ao Deputado Celso. Mas, como não discutimos aqui o mérito, eu não queria fazê-lo. Sei que é uma prerrogativa do Presidente, está no art. 4º, mas eu não queria ter esse tipo de iniciativa sem ouvir esse colegiado, sem ponderar, para que a gente não fosse mal interpretado e não trouxesse para cá um clima de disputa.

Esta comissão tem tido um trabalho importante. A gente já começou muito bem as duas reuniões. As três reuniões que nós tivemos foram num clima muito participativo e de cooperação. Eu gostaria que fosse feito tudo de forma transparente, de forma respeitosa com os membros desta comissão.

Então, com a palavra o Deputado Celso.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só quero deixar externado aqui que, como não vai ter votação, mas se eu fosse votar, eu votaria contra a indicação do nosso Sarney Filho. Eu gostaria que o Presidente não assinasse esse docu-

mento, até porque não sei se juridicamente tem efeito quanto ao mérito. Não tem, não é?

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Não, não tem.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Acho que temos de manter a palavra do nosso Presidente Marco Maia, porque já tinha decidido que ia votar nos dias 6 e 7 de março. Agora, tomou uma nova decisão: vai ser votado agora, no dia 24. Senão cai muito em descrédito o nosso Presidente da Câmara. E com certeza, com os meios eletrônicos, com a modernidade que nós temos, na sexta-feira, nós, recebendo o relatório, temos tempo até terça-feira, todo mundo, de estudar o relatório e com certeza temos condições de votar na terça, porque é um assunto que já está por demais prorrogado e acho que temos de votar o Código Florestal na terça-feira. É a minha opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Deputado Celso.

Eu queria passar a palavra ao Senador Sérgio e depois ao Deputado Sirkis, pela ordem de inscrição.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Meu caro Presidente, Deputado Zequinha Sarney, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, bom, primeiro eu acho – é a minha opinião como congressista – que o Senado Federal produziu um excelente texto. É da prerrogativa da Câmara dos Deputados manter o texto ou alterá-lo nos estritos limites do Regimento da Casa. Rapidamente li o ofício que o Presidente Márcio Macêdo me apresentou. Percebi que é uma manifestação da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados que recebe o apoio do Deputado Márcio Macêdo, que é Presidente da Comissão, mas não é um apoio da Comissão de Mudanças Climáticas. Acho que a discussão não está no âmbito do Congresso Nacional. O Deputado Márcio Macêdo, que tem no seu currículo a função de presidir esta reunião, pode colocar como Presidente, mas não é uma postura da Comissão. Pelo menos entendi dessa forma. E era essa a minha preocupação.

Gostaria de manifestar a minha preocupação com a demora na votação do Código Florestal. Acho que nós já deveríamos ter avançado nisso há muito mais tempo. Isso não é bom para nenhum dos lados: nem para o lado que é mais ligado à produção de alimentos; nem para o lado ligado ao meio ambiente. Entendo – e participei ativamente das discussões aqui no Senado Federal – que não foi aquilo que os ambientalistas e que os ruralistas queriam, mas aquilo que foi possível se construir. E nós – e é uma opinião pessoal – gostaríamos de ver esse Código votado o mais rapidamente

possível. Acho que isso é bom para o meio ambiente na medida em que virar uma obrigatoriedade, principalmente a da recomposição de áreas de ATPs que foram desmatadas no tempo e no espaço. Acho que traz uma segurança jurídica ao produtor rural. Ele também vive em um mundo sem saber como agir. Aí até leva ao constrangimento da Presidente da República de ter de ficar suspendendo um decreto, a vigência de um decreto, a entrada em vigência de um decreto, que vem lá de 2008. Acho que o Brasil tem de ter esse Código votado o mais rapidamente possível e a regulamentação.

Concordo com a posição do Deputado Zequinha e também concordo com a posição do Deputado Márcio Macêdo. Acho que tem de ser dado conhecimento aos pares com tempo necessário para avaliação. Se houve um acordo acho que ele tem de ser cumprido. Agora, essa é uma situação que está no âmbito da discussão da Câmara dos Deputados. Acho que aí a Comissão não tem de participar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero informar, porque depois esse ofício aparece e as pessoas vão questionar. Então, não quero tomar nenhuma decisão aqui que não seja transparente, que não possa ser informada ao conjunto dos pares. É apenas a afirmação de um acordo de uma semana, uma vez apresentado, para que todos possam estudar, ler.

Com a palavra o último inscrito o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Quero,

inicialmente, ponderar aqui que também eu gostaria que fosse votado logo o Código Florestal. Palavra empenhada, ontem estivemos juntos, os três, no gabinete do Presidente e ouvimos dele, com todas as letras, que haveria um prazo de uma semana para que se pudesse estudar, minimamente, esse relatório, como é da boa prática legislativa. Nenhum projeto de lei deve ser votado de afogadilho. Por mais que o tema tenha sido para lá de discutido, não só na Câmara como no Senado, a questão é que há uma nova versão completamente diferente. Isso aí tem de passar por uma leitura muito atenta, inclusive nas entrelinhas. Então, é possível se apresentar – como foi feito na primeira rodada – um projeto para se votar imediatamente ou para se votar em um prazo muito curto de tempo. Apresentar numa sexta-feira, quando poucos parlamentares estão em Brasília, para começar a votar na terça. Quer dizer, isso aí, de fato, é inconcebível.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Não havendo mais inscritos...

Em tempo, queria reafirmar que as nossas reuniões, como o quórum está satisfatório, permanecerão

às quartas-feiras, às 14 horas. Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião convocando a próxima para quarta-feira, às 14h.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.)

ATA DA 4^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de abril do ano de dois mil e doze, no Plenário número dezenove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Sérgio Souza e Wellington Dias, e dos Deputados André Zacharow, Adrian e Arnaldo Jardim, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senador Sérgio Souza, Relator da Comissão, declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 1^a, da 2^a e da 3^a Reunião, que são dadas por aprovadas. Em seguida, justifica a ausência do Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo e outros Senhores Parlamentares membros desta Comissão esclarecendo que o horário desta Reunião coincide com a apreciação do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Após, passa a Presidência à Senadora Vanessa Grazziotin que dá inicio aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de **Audiência Pública** cujo tema trata das “cidades sustentáveis: meio ambiente urbano no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 10 de abril corrente, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Augusto Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente; Lúcia Pedrozo, Especialista em Infraestrutura Sênior, representando o Ministério das Cidades; Silvio Magalhães Barros II, Prefeito de Maringá-PR, representando a Frente Nacional de Prefeitos; Kazuo Nakano, Coordenador do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – Pólis; e Jorge Francisconi, ex-professor da UnB. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator da Comissão, Senador Sérgio Souza, e a Senadora Vanessa

Grazziotin, no exercício da Presidência. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Ao final, a Presidência comunica que a próxima Reunião será convocada para o dia nove de maio do corrente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

– Senadora **Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional pela Resolução nº 4, de 2008.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 1ª, 2ª e 3ª Reuniões.

As Srªs e Srs. Parlamentares membros desta Comissão que as aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovadas.

Hoje é um dia atípico no Congresso Nacional para aqueles que se estão deparando pela primeira vez com esta Casa. Algumas atividades estão acontecendo hoje na Câmara dos Deputados, como a votação do Código Florestal – foram até o final da noite de ontem os debates –, que se iniciou hoje, por volta das 11 horas. Neste momento, começa a parte de votação. Também pela manhã, houve a instalação da CPMI que investigará as relações do Carlinhos Cachoeira.

Por essa razão, o Presidente desta Comissão, Deputado Márcio Macêdo, não está presente aqui, e a Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente, ainda está num evento desta Casa que está acontecendo neste momento.

Então, na qualidade de Relator... Já vou transferir a palavra e o cargo para a Vice-Presidente Vanessa Grazziotin, para que assuma os trabalhos desta Comissão.

Já estão abertos os trabalhos, Senadora Vanessa, e já foram dispensadas as leituras e aprovadas as Atas da 1ª, 2ª e 3ª Reuniões.

Então, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que é a Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero, antes de tudo, agradecer ao Senador Sérgio Souza, que já deve ter justificado a ausência do nosso Presidente, que não pôde estar aqui, porque, desde o final da manhã, a Câmara dos Deputados inicia os debates e a votação do Código Flo-

restal, tema da mais extrema importância e relevância. Por isso, o nosso Presidente não pôde estar conosco.

Senador Sérgio, V. Exª já tomou todos os procedimentos necessários.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Neste momento, então, temos de chamar à mesa os nossos convidados para a audiência do dia de hoje, que tem como tema “Cidades sustentáveis: meio ambiente urbano no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima”, em conformidade com a aprovação do plano de trabalho da Comissão em 10 de abril do corrente ano.

Então, convido a fazer parte da Mesa, primeiro, o nosso Relator. (Pausa.)

V. Exª vai ficar aí, Relator? (Pausa.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Fora do microfone.) – Depois, eu vou aí. Aqui está mais confortável.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então, convidamos a compor a Mesa o Dr. Carlos Augusto Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, que aqui representa o Ministério de Meio Ambiente; a Srª Lúcia Pedroso, especialista em infraestrutura sênior, representando o Ministério das Cidades; o Sr. Sílvio Magalhães Barros II – eu não sabia que a família era nobre –, que é irmão do nosso querido companheiro e colega Ricardo Barros, é Prefeito da belíssima cidade de Maringá, no Paraná, e aqui representa a Frente Nacional de Prefeitos; o Sr. Kazuo Nakano, que preside o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis); e, por fim, o Sr. Jorge Francisconi, ex-Professor da Universidade de Brasília (UnB).

O Senador Sérgio Souza não quer fazer parte da Mesa? (Pausa.)

Daqui a pouco, invertemos: eu vou para aí, e V. Exª vem para cá.

Então, vamos começar os nossos trabalhos. Podemos começar seguindo a ordem dos convidados. Então, vamos começar pelo Ministério do Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Augusto Klink.

Dr. Carlos, são cinco convidados. Podem ser 10 minutos? Estaria bom? (Pausa.)

Então, pedimos à nossa Secretaria para marcar o tempo. Ali, onde está o relógio, vai aparecer o tempo marcado, com a contagem regressiva. Aí fica melhor.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Augusto Klink.

O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK – Obrigado, Senadora Vanessa.

Agradeço a todos, aos nobres colegas membros da Mesa.

Em primeiro lugar, eu queria deixar a referência de que é com grande satisfação que o Ministério do Meio Ambiente se faz presente nesta audiência para debater tema de tamanha relevância para o País.

No meu tempo, muito brevemente, farei uma explanação um pouco mais geral das atividades que já estão sendo realizadas no âmbito do Governo Federal e que são coordenadas, em parte, pelo Ministério do Meio Ambiente. Vou mostrar o quadro geral de como a gente vê a mudança do clima no País. E vou apontar os desafios e também as oportunidades que se apresentam ao País.

Recentemente, no início do mês, participamos com a Presidenta Dilma de uma reunião do Fórum Brasileiro para Mudança do Clima. O Presidente da República, desde a constituição do Fórum, é o Presidente de honra do Fórum. Lá tivemos a oportunidade de fazer uma apresentação de todas as ações e atividades que o Governo Federal já vem trabalhando com a sociedade civil, com o setor privado e com outros no tema de mudança do clima.

Vou, então, ater-me a esse tema, como o apresentamos para o Fórum Brasileiro.

Como todos nós sabemos, o Brasil, desde 2009, é detentor de uma política muito importante, que é a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O Brasil se colocou o desafio voluntário – é muito importante que a gente se refira a isso – de redução de emissão dos gases causadores do efeito estufa até o ano de 2020, baseado em várias projeções de como estariam as emissões de gases causadores do efeito estufa no futuro, baseado em várias metodologias, em estudos científicos etc. Estamos estimando que o Brasil consiga evitar emissões futuras entre 36% a 39% mais ou menos, trabalhando na direção de construir várias ações do que seriam essas emissões no ano de 2020. O País partiu, então, para instrumentalizar essa Política e para trabalhar na construção de vários mecanismos para alcançar essa meta bastante ambiciosa.

Para isso, há o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que é fundamentalmente integrado por dois tipos de ação, que dizem respeito aos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento nos principais biomas brasileiros – vou comentar um pouquinho o que já está sendo – e aos planos setoriais de mitigação de adaptação às mudanças do clima. Nesse aspecto dos planos setoriais, a colega do Ministério das Cidades vai tratar mais especificamente do tema da nossa conversa de hoje sobre cidades sustentáveis.

O Plano Nacional, então, é integrado pelos planos de ação para prevenção do desmatamento e pelos

planos setoriais de mitigação. A combinação desses planos é variada.

Alguns planos já estão em andamento, como o plano de controle de desmatamento no cerrado, que já está entrando na sua terceira fase – já são alguns anos de andamento, com várias ações governamentais já realizadas. Talvez, o ponto fundamental da existência desse plano para a contenção do desmatamento e a redução de emissões advindas do desmatamento no bioma Amazônia seja o sucesso que temos alcançado no País com a redução do desmatamento, com o desmatamento a taxas bastante inferiores se as compararmos com as taxas históricas. Esse plano já está em andamento e, até o final de 2012, estará na sua terceira revisão. A sua terceira fase, vamos falar assim, vai abranger o período que vai de 2012 até 2015.

Outro plano no tema biomas que já está em andamento é o plano para controle de desmatamento e monitoramento do cerrado. O cerrado, como todos sabemos, é um bioma de grande importância, pela distribuição geográfica, pela diversidade biológica e, como já mostrado, pelo seu gigantesco potencial econômico para o País. Esse plano se iniciou em 2010/2011 e deve, até o final do ano, também estar na sua primeira revisão. Esse plano tem objetivos semelhantes aos que temos alcançado para a Amazônia: redução do desmatamento e quantificação do quanto isso representaria na redução da emissão de gases causadores do efeito estufa pela redução do desmatamento no cerrado.

E já estão em andamento o plano de eficiência energética, o plano de energia, e o plano da agricultura de baixo carbono. Eles são setoriais. Um deles serve ao setor energético; o outro, ao setor agrícola. Basicamente o que esses planos fazem é trabalhar com ganhos de eficiência ou com melhorias de práticas agrícolas, por exemplo, com melhorias que levem tanto à redução da emissão de gás carbônico, causador de efeito estufa, quanto à incorporação de carbono em melhores práticas agrícolas, por exemplo.

Esses quatro planos referentes ao cerrado, à Amazônia, à energia e à agricultura já estão em andamento. Como foi estabelecido pela lei, pelos decretos e pelo Programa Nacional, o Brasil está agora na fase de preparação de outros planos setoriais. Basicamente, são os planos da indústria, da saúde, da mineração. Vou mencionar brevemente a pesca e a aquicultura, que não faziam parte dos planos originalmente. Mas, de maneira voluntária, o Ministério da Pesca decidiu apresentar algumas ações relacionadas à pesca.

E, evidentemente, há o tema atual deste debate, que é o plano setorial para transportes e mobilidade urbana. Em que fase estamos nesse plano? Nesta semana, na sexta-feira, houve uma reunião do Grupo

Executivo do Comitê Interministerial para Mudança do Clima, em que a primeira versão desses planos referentes à indústria, ao transporte, à mobilidade urbana, à saúde, à mineração e à pesca foi apresentada ao Grupo Executivo do Comitê Interministerial. Na data de hoje, esses planos, na sua primeira versão, serão enviados para o Comitê Interministerial, na Casa Civil.

Em linhas bastante gerais, o que estamos esperando para cada um desses planos? Vamos lidar com alguns setores da indústria importantes, como cimento, química, siderurgia, alumínio, papel e celulose etc. O plano da saúde é muito mais voltado para o tema de adaptação, ligado a temas relacionados à vigilância e à atenção em saúde. O plano de mineração é destinado a atividades primárias de extração mineral e de pelotização, no seu processo de exploração primária. E o plano da pesca e da aquicultura é bastante voltado tanto ao tema da adaptação às mudanças do clima quanto ao tema de deficiência energética. E, evidentemente, o plano de transportes e mobilidade urbana vai lidar com as questões mais pertinentes para o debate hoje aqui: mobilidade urbana, logística e transporte de cargas e transporte interestadual.

Todos esses planos, indústria, transporte, saúde e mineração, como me referi, serão encaminhados ao Comitê Interministerial, e eles começam a entrar, durante este ano, esperamos que a partir de maio, num processo de consulta pública.

Foi definido, junto com a Casa Civil e com a Presidência da República, que, em última instância, é a Presidente do Fórum Brasileiro para Mudança do Clima, que o Fórum vai coordenar as consultas públicas, tanto presenciais quanto pela Internet, desses planos.

Nossa expectativa é a de que eles se iniciem em maio. Há a Rio+20 pelo meio, mas, em julho ou em agosto, esperamos fechar o processo das consultas públicas. A nossa expectativa é a de que, até a próxima Conferência das Partes, que ocorre em novembro ou em dezembro, o Brasil, além de mostrar os vários resultados concretos dos planos já em andamento, mostre que também está pensando vários planos importantes setoriais, que incluiríamos, então, nesta apresentação.

Essencialmente é isso, Senadora.

Mais uma vez, eu gostaria de lhes agradecer a oportunidade de estar aqui presente e de participar deste debate.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço ao Dr. Carlos.

Quero dizer que não fui eu que toquei a campainha, ela é automática. As coisas funcionam automaticamente, Dr. Carlos. Mas acho que é um bom método esse, porque nos ajuda a organizar melhor os trabalhos.

Convido agora a fazer uso da palavra a Dr^a Lúcia Pedroso, que, aqui, representa o Ministério das Cidades.

A SR^a LÚCIA PEDROSO – No âmbito do Ministério das Cidades, o que está sendo desenvolvido com relação à mudança do clima é o plano setorial de transporte e mobilidade urbana.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor.

Estruturei essa apresentação, primeiro, para falar a respeito do plano, que está acontecendo em atendimento à lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Depois, vou falar sobre o grupo técnico estabelecido no âmbito da Semob, do Ministério das Cidades, sobre as fases de elaboração desse plano, sobre as medidas de mitigação identificadas, sobre o cenário tendencial e o cenário de investimentos atuais que foram considerados no plano. E falarei alguma coisa a respeito da Lei nº 12.587, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A Lei nº 12.187 instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Ela foi regulamentada pelo Decreto nº 7.390 e estabelece, conforme disse o Secretário de Mudanças Climáticas, os planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima.

Dentre os setores que vão elaborar o plano setorial, há o transporte público urbano e os sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, que visam a contribuir com a redução das emissões de carbono.

Então, nesse sentido, a Secretaria Nacional de Transporte da Mobilidade Urbana está desenvolvendo o plano setorial de transporte de mobilidade urbana para mitigação da mudança do clima.

Esse trabalho está sendo desenvolvido com dois Ministérios. Nós, do Ministério das Cidades, desenvolvemos a parte referente a transporte de passageiros e de mobilidade urbana, consequentemente, e o Ministério dos Transportes está elaborando a parte de transporte de carga.

Dentro do Ministério das Cidades, foi instituído, por meio de uma portaria publicada no Diário Oficial, um grupo técnico para tratar especificamente desse tema. Esse grupo técnico vai ter caráter permanente, porque, além de elaborarmos o plano setorial, ele também vai acompanhar a implantação desse plano e o monitoramento. Esse grupo técnico é coordenado pelo analista de infraestrutura João Alencar Oliveira Júnior. Ele é gerente de projetos na Semob, é uma pessoa que tem amplo conhecimento do assunto. Ele tem um trabalho de mestrado na área e um trabalho de doutorado também na área de mudanças do clima. Ele foi fundamental para a elaboração do trabalho. Ele é o coordenador do grupo. Eu sou a coordenadora substituta. E também há a contribuição de diversos analistas de

infraestrutura da Semob. Alguns trabalham com o PAC Mobilidade e Grandes Cidades; outros, com os projetos associados à Copa do Mundo Fifa 2014.

Nós contamos, para a elaboração desse plano, com o apoio do Instituto de Energia e Meio Ambiente, que foi disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Em que o plano se baseia? Ele se baseia em medidas que visam a promover a melhoria do sistema de mobilidade urbana, que ampliam a acessibilidade das pessoas e que proporcionam a redução das emissões de gás de efeito estufa e local.

Quais foram as medidas identificadas na elaboração desse plano? Primeiro, houve a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo. Houve outras medidas relacionadas ao planejamento urbano e associadas à política de mobilidade. Houve a implantação de instrumentos de gestão da mobilidade urbana e também a substituição da fonte de energia utilizada no transporte público, por ônibus.

Cabe ressaltar que se desenvolveu o primeiro item dessas medidas.

A primeira fase desse trabalho iniciou em setembro de 2011. Então, tudo é muito recente. Até dezembro de 2011, identificaram-se essas medidas, reuni-se a base de dados, identificaram-se as fontes de informação, a metodologia, as premissas e os cenários.

A segunda fase iniciou em janeiro de 2012. Até abril, foram feitas diversas reuniões com entidades e especialistas da área de transporte urbano, para reforçar o que se tinha assumido como premissas para a elaboração do plano. Contamos com representantes da sociedade civil ligados ao transporte urbano. Foi feita uma reunião aqui, em Brasília. Esse tema é interministerial. Então, fizemos reunião com todos os órgãos do Governo envolvidos na área.

Também se identificou a necessidade de investimentos realizados em São Paulo e Rio. Também foram computados alguns investimentos do BNDES em todo o Brasil. A reunião foi realizada no Rio de Janeiro, mas os investimentos são feitos em todo o Brasil.

Agora, em abril, está se consolidando o trabalho, que está sendo encaminhado às instâncias de aprovação.

A versão preliminar do plano foi concluída no dia 22 de dezembro de 2011, conforme estabelecia a Lei e o Decreto. A versão atual foi entregue ao Grupo Executivo sobre Mudanças Climáticas (GEx) do Ministério do Meio Ambiente em 16 abril. Hoje, o GEx a analisou e pediu para fazermos algumas alterações. O plano está sendo encaminhado para o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), conforme o Secretário falou.

O que foi considerado nesse plano? Foram considerados dois cenários. A *baseline* do trabalho todo é considerar que emissões o transporte rodoviário de passageiros irá produzir até 2020. O que aconteceria com essas emissões se não houvesse nenhuma medida de mitigação? A metodologia foi baseada no 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários, que foi um trabalho desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente em 2011. Aí há as emissões que seriam finais até 2020 se nada fosse feito de medida de mitigação.

Também se considerou um segundo cenário: para possibilitar reduzir essa curva de crescimento das emissões de gases efeito estufa, os investimentos em infraestrutura que estão sendo realizados irão contribuir para a redução dessa curva. Para esse cenário, foram considerados os projetos de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo Fifa 2014 que estão em andamento e que, até 2014, têm de ficar prontos. Também foi considerado o PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades, e, nesse sentido, só se consideraram os sistemas metroviários, porque, até o dia 16, ele não tinha sido anunciado, ele foi anunciado somente ontem, quando foram divulgados os projetos selecionados. Foram também considerados os investimentos com recursos do BNDES, como eu já disse, em várias cidades brasileiras e também nos governos estaduais e municipais das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, para se obterem informações sobre esses modais, foi definido o modal em que vai ser aplicado o recurso, a extensão do projeto, a demanda, a data prevista para a conclusão e o número de viagens do transporte motorizado individual substituído pelo coletivo, ou seja, qual a transferência modal, o que acarreta a redução da emissão.

Enquanto estava sendo elaborado o plano setorial, foi promulgada a Lei nº 12.587, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Então, a gente vê isso como uma oportunidade de articular essa legislação com a política de mitigação de mudanças do clima. Em que sentido? A lei prevê que os Municípios elaborem seus planos municipais de mobilidade urbana. Então, vai se tentar considerar em todos esses planos o viés de mudança do clima. É uma iniciativa que está no começo. Ainda precisamos aperfeiçoar os dados, mas é uma contribuição do setor para a redução global de emissões.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós é que lhe agradecemos sua participação, Dr^a Lúcia.

Todos nós podemos reparar que nossos convidados são extremamente pontuais e disciplinados. Isso é raro aqui, muito raro. Não é coisa comum, não! Dependendo do que acontecer desse lado da mesa, nós já podemos pedir inscrição no livro dos recordes, no Guinness Book.

Passo a palavra, com muito prazer, ao representante da Frente Nacional dos Prefeitos, Dr. Sílvio Barros, que é Prefeito de Maringá.

O SR. SÍLVIO MAGALHÃES BARROS – Boa tarde!

Muito obrigado, Senadora.

Quero agradecer-lhe a oportunidade de, representando aqui a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), participar desta audiência.

Eu queria contextualizar um pouquinho o assunto no que diz respeito aos Prefeitos.

Hoje, mais da metade da população do mundo está concentrada em núcleos urbanos. Esses núcleos urbanos consomem 75% de toda a energia produzida no mundo e produzem quase 70% dos resíduos de todo o Planeta, mas concentram tudo isso em menos de 1% da área da Terra. Isso significa uma extraordinária concentração de impactos ambientais, de desequilíbrios sociais e de atividade econômica num território muito pequeno. Mas essas são as cidades.

Consciente da importância que, como Municípios, temos no contexto da sustentabilidade e do desequilíbrio automático, a Frente Nacional de Prefeitos realizou, no final do mês de março, o 1º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável. Produzimos este relatório sintético, mostrando o que foi o evento. Foram mais de duas mil lideranças municipalistas que participaram aqui, em Brasília. Fizemos isso em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, que precisava também realizar a sua conferência preparatória da Rio+20 para a área dos governos locais. Então, nós unimos nossos interesses e fizemos esse evento com grande êxito na discussão desses temas.

Produzimos um documento, a Carta dos Municípios para o Desenvolvimento Sustentável, que é a essência do trabalho que pretendemos desenvolver até a ocasião da Rio+20, apresentando como interpretam os governos locais e os prefeitos essa questão no contexto brasileiro.

Além de realizar o encontro, também produzimos um trabalho de identificar boas práticas na área do desenvolvimento sustentável e conseguimos catalogar 42 boas práticas que foram apresentadas, que estão sendo disseminadas e que estão prontas para fazerem parte da nossa participação durante a Rio+20.

A síntese, a essência da Carta é a seguinte: em primeiro lugar, é preciso estimular a pró-atividade dos

Municípios brasileiros no que diz respeito à discussão e à participação nas questões de mudança climática e do desenvolvimento sustentável e promover o envolvimento das autoridades locais no processo decisório. Sabemos que a Rio+20 será o evento mais importante da década, se não do século, e definirá políticas e fórmulas que vão valer para o mundo todo. Entendemos que, com esse grau de concentração e de participação tanto nos impactos quanto nas consequências, deveríamos participar, como governos locais, do processo decisório. Pretendemos pleitear a oportunidade de fazer isso.

Também é preciso haver a participação efetiva na formulação de políticas de sustentabilidade e a definição dos indicadores que vão medir isso, porque implantar políticas é uma coisa, mas saber se elas estão funcionando é outra coisa. É preciso que haja os indicadores, é preciso defini-los de comum acordo, é preciso estabelecer esses indicadores no T0 e, depois, acompanhá-los ao longo do tempo, para que possamos avaliar se as propostas estão efetivamente produzindo os resultados esperados ou não. Isso servirá para que a gente possa fazer as alterações necessárias ao longo do caminho.

Pretendemos que esses indicadores – isto é muito importante – sejam não apenas indicadores, como é o caso do PIB, que definem o desenvolvimento ou o crescimento econômico. Todo desenvolvimento está associado a crescimento, mas nem todo crescimento trás consigo desenvolvimento. Então, precisamos acompanhar e avaliar essas coisas. E queremos fazer isso por meio de um conjunto de indicadores. Inclusive, o Instituto Pólis tem nos ajudado a discutir isso dentro da Frente Nacional de Prefeitos.

Também entendemos que o marco regulatório municipal precisa ser estabelecido de maneira complementar àquilo que os Estados e a União definirão em termos de regulamentação, para que possamos acelerar a implantação de novos paradigmas de produção e de consumo.

Muitas coisas que, por exemplo, dizem respeito à logística reversa o Município não tem autonomia para definir, porque a produção não está necessariamente em todos os Municípios, está localizada em alguns lugares. Então, o Município não tem autonomia para decidir sobre isso, mas existem mecanismos, por meio do planejamento urbano e por meio dos códigos de postura e dos códigos de obras, que cabem ao Município, dentro da ordenação territorial, produzir, e eles podem contribuir de maneira adicional, colaborando com esse marco regulatório. Nós queremos participar desse processo; nós queremos nos envolver como Municípios na produção desses marcos regulatórios.

A ocupação territorial precisa incorporar os conceitos da sustentabilidade transversal da descarbonização da economia, da eficiência energética e da racionalização do uso da água, pelo menos. Podemos fazer isso por meio da legislação municipal, porque entendemos que isso contribui muito para alcançar os objetivos e as metas estabelecidas pelo Governo. Enfim, precisamos criar um mecanismo de interação muito maior da nossa população, um mecanismo de interação e de conscientização do homem com o ambiente em que ele vive.

Os grandes desafios que a Carta dos Municípios apresenta são os seguintes: a inclusão produtiva dos cidadãos como condição para erradicação da pobreza extrema e o apoio ao empreendedorismo, o que é uma de nossas metas, de nossos objetivos; a promoção da qualidade ambiental urbana, por meio do planejamento e do aproveitamento das inovações tecnológicas, da prevenção de desastres e da proteção dos espaços verdes, áreas em que teremos obrigatoriamente de atuar – temos a intenção e o desejo de fazer isso com muita eficácia –; a indução e a regulação da ocupação territorial orientada para a economia solidária, para a economia criativa e para a economia verde; e também o envolvimento direto na criação e na implantação de instrumentos que permitam a democratização e a articulação da governança no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável.

É preciso que haja mais democratização e mais articulação entre aqueles que têm responsabilidade de conduzir essa governança, estimulando as parcerias, por meio, inclusive, de consórcios intermunicipais. Em algumas áreas, como podemos claramente identificar – é o caso do saneamento básico, por exemplo –, teremos de atuar. E, quanto à mobilidade, em muitos casos, onde existem áreas metropolitanas conurbadas, teremos de atuar no mecanismo de consórcios ou de instrumentos de metropolização urbana. Portanto, esse é um dos desafios que estamos apresentando.

A FNP assumiu um compromisso com o Brasil durante o encontro, e queremos apresentar e assegurar a participação dos governos locais no processo decisório que vai emanar da Rio+20 para todo o mundo e demonstrar que nós todos podemos e devemos participar da discussão do nosso futuro comum.

A participação dos prefeitos, que são as autoridades mais próximas do cidadão, não é apenas justa; entendemos que essa participação é absolutamente imprescindível e queremos ter a oportunidade de contribuir, de colaborar e de participar desse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, ao Sr. Sílvio Magalhães Barros,

Prefeito de uma das cidades mais belas e mais bem planejadas do Brasil, que é exemplo de arborização, com parques lindos e maravilhosos, e que fica no meu Estado, o Paraná.

Passo a palavra ao Sr. Kazuo Nakano, Presidente do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis).

O SR. KAZUO NAKANO – Boa tarde a todos!

Quero agradecer-lhes o convite da Comissão Mista de Mudanças Climáticas para participar desta audiência pública, quero saudar meus colegas de Mesa e todos os participantes.

Primeiro, só quero fazer uma correção: não sou o Presidente do Polis, sou coordenador da área de urbanismo, da área de política urbana.

Eu queria iniciar a apresentação, tocando em três pontos que preparei para debatermos e que, do ponto de vista das cidades sustentáveis e da relação entre cidade e meio ambiente na perspectiva da sustentabilidade, são básicos e fundamentais.

O primeiro ponto se relaciona aos acessos às terras urbanas. A partir dos padrões de distribuição social dos acessos às terras urbanas existentes nas nossas cidades, vemos que há uma série de resultados, uma série de efeitos e de implicações, que, além de afetar a vida dessas pessoas e o direito social dessas pessoas que vivem nas cidades, afetam muito fortemente as condições do meio ambiente, afetam muito fortemente as condições de convivência dessas pessoas com o meio ambiente. Então, de nada adiantarão nossos planos e nossas políticas se não incidirmos fortemente nessas questões e transformarmos nossos padrões de distribuição social dos acessos às terras urbanas no nosso País.

Falo agora do segundo ponto. Eu queria recuperar uma discussão antiga na política urbana, no planejamento urbano. Essa discussão é importante. Não é por que ela é antiga que ela perdeu a validade. Essa discussão contribui muito para que a gente avance na perspectiva da sustentabilidade urbana, com este debate sobre o metabolismo urbano.

O terceiro e último ponto está relacionado diretamente aos dois pontos anteriores: trata-se da relação problemática entre espaços urbanos e águas urbanas.

Eu queria fazer um preâmbulo com esse mapa da ONU que mostra as cidades com mais de um milhão de habitantes.

Como o Prefeito de Maringá já disse, a partir de 2008, metade da humanidade vive em áreas urbanas. E, apesar dessas áreas urbanas ocuparem, em termos de espaço físico, uma pequena extensão da área do Planeta, a pegada ecológica dessas áreas urbanas e os efeitos do nosso modo de vida, dos nossos pa-

drões de produção de mercadoria e do nosso padrão de consumo sobre o meio ambiente extrapolam muito essa extensão física das áreas efetivamente urbanizadas do Planeta. Isso vale para todos os continentes, inclusive para o Brasil.

Aqui, há as cidades com mais de um milhão de habitantes. Nessa graduação do amarelo até o vermelho, há os graus de risco dos vários tipos de desastres naturais provocados pelas mudanças climáticas. Quanto mais vermelho, maior o risco de ciclone, de inundação, de deslizamento, de seca, de tudo mais. Então, as mudanças climáticas já são realidade. Elas têm causas no modo de vida urbano e afetam o modo de vida urbano de maneira muito grave e muito negativa.

Vou apresentar uma série de imagens que refletem bem o nosso padrão de urbanização e de acesso à terra urbana. Essa é uma cidade do interior de São Paulo, em que vemos o inicio da formação de um bairro. Antes de as pessoas chegarem ali e construírem suas casas, ocuparem espaço, esse bairro já está provido de todas as infraestruturas urbanas básicas: asfalto, calçada, meio-fio, postes, iluminação pública, rede de água e de esgoto. É um bairro que, apesar dessa característica rural, está próximo ao centro. Vejam que aquele curso d'água preserva a mata ciliar. Há um lago, lá no fundo, que está preservado, há as matas ciliares preservadas. Esse bairro, que tem essas características, que tem esse padrão de acesso à terra urbana, é produzido pelo mercado, e a terra urbana custa caro. Quem pode comprar um lote nesse lugar tem de ter dinheiro, tem de ter poder econômico. Então, não é para todo mundo, é para poucos. A esses lugares, nesse padrão, primeiro, chega a urbanização; depois, chegam as pessoas, ocupando esse espaço e construindo suas casas.

Ao mesmo tempo, nessa mesma cidade, o padrão é exatamente contrário: as pessoas já estão ocupando essa área fora da cidade, área rural. Vejam que não há estrutura urbana básica. A forma de ocupação é completamente desordenada. A esse lugar, primeiro, chegam as pessoas e suas construções, e, depois de anos e décadas, chega a urbanização básica. As pessoas estão indo morar nesses lugares exatamente porque essa terra é mais barata, a forma de comercialização dela cabe no bolso das pessoas, cabe nas prestações mensais das pessoas.

Então, essa lógica mercantil de distribuição dos acessos às terras urbanas no Brasil é uma lógica que aprofunda nossas desigualdades.

Essas pessoas estão morando em área de proteção de mananciais dessa cidade de Louveira, no Estado de São Paulo.

Aqui, outro bairro se formou naquele primeiro padrão. Ou seja, primeiro, chegou a urbanização. Houve todo o cuidado em obedecer às regras referentes às áreas dos lagos, às matas ciliares. Houve cuidado com a arborização urbana. Houve cuidado em promover centros comerciais, em conectar esse bairro a uma via principal que vai levar à cidade. O bairro está junto ao emprego, a equipamentos de comércio e a tudo mais, mas é um bairro caro. Quem pode comprar uma casa aí tem recursos.

Ao mesmo tempo, em todas as nossas cidades, há esse outro padrão de acesso à terra urbanizada em ocupações, em favelas, em loteamentos irregulares, à beira de córregos, em áreas de interesse ambiental, em áreas de risco, em encostas. É uma ocupação em que não há o cuidado com a segurança das pessoas, porque essa ocupação segue a lógica da necessidade básica, que é satisfeita por uma fração do mercado de terras, por uma fração do mercado imobiliário, que é o mercado informal. Essas pessoas pagam para morar nesses lugares, pagam para morar em condições precárias, em situação de risco e de vulnerabilidade.

Pode passar ao próximo slide.

Essa é uma imagem das transformações daquelas áreas que são ocupadas de maneira mais adequada, com uma provisão anterior de infraestrutura, de equipamentos e de serviços urbanos. Com o tempo, conforme esses investimentos públicos são feitos, conforme os investimentos privados são feitos, conforme esse espaço urbano se consolida, essa cidade vai intensificando o aproveitamento dessa terra urbana, que é um bem social, que é um bem público, que custa muito para ser produzido. Então, essa terra urbanizada, que é uma riqueza social, porque é resultado de investimentos coletivos muito grandes, vai sendo aproveitada, vai sendo superconstruída, para se auferirem lucros, ou seja, para se realizarem negócios imobiliários principalmente, em detrimento das qualidades de vida urbana, em detrimento da qualidade ambiental.

Esse é um padrão de verticalização, é um padrão de adensamento construtivo ditado pela nossa urbanização mercantil, que, hoje, é cada vez mais forte devido ao *boom* imobiliário, por conta do aumento da disputa por terra urbana por parte dos agentes de mercado. Esse padrão vai adensando com essa verticalização, mas não há a preocupação em estabelecer a qualidade do espaço público, a arborização urbana. Geram-se ilhas de calor, geram-se concentrações de oportunidades, gera-se concentração de empregos. Enfim, temos de rediscutir esse modo de reaproveitamento de espaços urbanos.

Ao mesmo tempo, nessa mesma cidade, há esse mar de loteamentos populares, de ocupações, de fa-

velas, de espaços ocupados sem o mínimo de arborização. Não há quase nenhuma arborização urbana nesses lugares. O que acontece é que existe ocupação principalmente nas áreas mais vulneráveis.

Nesse *slide*, vemos uma das consequências desse padrão desigual, predatório e excluente de acesso às terras urbanizadas, que é a contradição brutal nas nossas grandes cidades.

Essa é a região metropolitana de São Paulo, em que vemos, nas áreas mais vermelhas e roxas, densidades demográficas mais densas: nas áreas roxas, há mais de 150 habitantes por hectare; nas áreas vermelhas, há mais de 100 habitantes por hectare. Vemos que há muitas dessas áreas na periferia. Ao mesmo tempo, a densidade de emprego se localiza mais nas áreas menos densas e superconcentradas. É isso que provoca esses grandes deslocamentos de duas horas diárias entre casa e trabalho. Da mesma forma, é isso que provoca a total dependência das pessoas do automóvel individual, dada a baixa oferta de sistemas de transportes coletivos integrados.

Então, não adianta investir apenas em ampliação desses sistemas de transporte de massa se não mudarmos o padrão de acesso à terra urbana, esse padrão de concentração de oportunidades de trabalho e emprego nas nossas cidades, especialmente nas grandes metrópoles.

Vou passar rapidamente pela discussão acerca do metabolismo urbano. Eu só queria destacar que estamos discutindo alguns planos setoriais, e muitos deles vão afetar as cidades, os recursos hídricos, a mobilidade, a gestão de resíduos sólidos etc. Acho que o princípio dos quatro erros – redução, reutilização, reciclagem e reabilitação – tem de orientar a elaboração desses planos, para que possa haver um metabolismo do funcionamento das cidades mais equilibrado, mais adequado.

Para terminar, eu trouxe essas duas imagens da década de 60, de grandes inundações de São Paulo. Aí está a Marginal Tietê inundada. Esse é o vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, em 1967, inundado. Eu trouxe essas duas imagens apenas para representar que todo esse processo de urbanização, orientado por esse padrão desigual, predatório e insustentável de acesso à terra, vai ocupando e disputando espaço com as águas, com as linhas de drenagem, com as linhas de escoamento, mas perde. Vamos disputando terras com as águas para realizar esses empreendimentos imobiliários, impermeabilizando solos e promovendo esse tipo de sustentação. Temos de rever nossos padrões de convivência com os recursos hídricos.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agradecemos a participação ao Dr. Kazuo, que representa aqui o Polis.

Por fim, passamos a palavra ao nosso último expositor, o Dr. Jorge Francisconi, ex-Professor da UnB.

O SR. JORGE FRANCISCONI – Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin, obrigado pela oportunidade.

Agradeço a todos e, especialmente, ao Kazuo, que está ao meu lado e que declarou que os antigos ainda não perderam a validade. Vou tentar reforçar essa tese.

Começo com uma nostálgica homenagem ao Paulo Nogueira Filho, criador da política de meio ambiente na área federal, que hoje está com 90 anos. Fomos parceiros: ele coordenava a política ambiental, eu coordenava a política urbana, CNPU e SEMA. Sempre trabalhamos juntos e fazímos uma brincadeira, dizendo que o “urbano” tinha de ter afinação com o *oikos*, de “econômico” e de “ecológico”. Não dava para trabalhar só em um ou em outro para gerar um ambiente urbano.

As leis que foram feitas naquela época, como a lei de parcelamento do solo urbano, já tinham essa preocupação com a inclinação da Terra, mas sempre pensando em não radicalizar. Há sempre espaço para novas tecnologias, para novos procedimentos, que têm de ser pensados. Tenho muito medo da radicalização.

Todo esse cenário integrado federal desaparece em 1988, com a Constituinte, quando o marco regulatório ambiental permanece fechado na área federal para grupos, inclusive, não eleitos. E todo o marco regulatório municipal desaparece, inclusive a metrópole, por efeito de lei, mas não por efeito de realidade. Hoje, estamos com este problema mortal: o que fazer com as metrópoles?

O “urbano” passa para o Município, e se cria uma situação muito curiosa: o topo da Serra Gaúcha é definido por alguém em Brasília, e questões básicas de acessibilidade da metrópole paulista são decididas por Câmaras de Vereadores, que não têm noção de metrópole, mas que têm uma visão bastante egoísta da sua prefeitura.

Acho que a cidade é retrato da realidade e que, hoje, temos de partir para uma nova conversa, porque há uma radicalização muito grande entre ambientalistas e urbanistas. Acho que isso não dá para negar. Vejo os ambientalistas muito preocupados, e o retrato que o representante do Ministério do Meio Ambiente deu refere-se às grandes questões nacionais fora das cidades.

Vou falar só das cidades. Acho que a política de sustentabilidade tem de aterrissar na cidade. E o fato de a política aterrissar na cidade implica duas coisas, e a primeira delas seria a visão que o Kazuo nos deu, de que toda cidade tem um impacto territorial, que cha-

mo de impacto extramuros, fora dos muros. A cidade é um grande processo e impacta a região não é só em transporte, mas em tudo, em saneamento, em tudo. O que se faz na cidade tem um efeito na região ou fora.

A segunda coisa, eu a chamaria de intramuros. O cidadão urbano está precisando ser acarinhado pelos ambientalistas. Os ambientalistas, hoje, não falam em sombras nas cidades. O Senador pelo Paraná cumprimentou o Prefeito de Maringá porque lá há essa preocupação com sombras. Mas, por mais que eu caminhe no Brasil, vejo que não existe sombra, não existe preocupação com o meio ambiente, não existe preocupação em fazer com que as condições intramuros, que são aquelas de que a cidadania usufrui, sejam qualificadas tanto em espaços públicos como em espaços privados.

Então, vamos por etapas: extramuros. O que temos de trabalhar nas cidades não são restrições, são processos. Fico brincando com essa imagem de que deve haver o rio, a árvore, a cidade. Se o esgoto da cidade não for tratado, ele vai para o rio por baixo da mata ou por dentro da mata. O problema não é uma geografia impeditiva; é um processo de tecnologia produtiva que se atualiza a cada momento. Então, a visão extramuros é uma visão de qual é o impacto que cada uma de nossas cidades está tendo, positiva ou negativamente, naquilo que é o ambiente maior, naquilo que é o ecossistema maior. Como as redes de cidades fornecem isso?

Então, esse diálogo de ambientalistas e regionalistas, que vou chamar de relação intraurbana, é fundamental. E isso não está acontecendo. Quando vejo as propostas que estão sendo apresentadas aqui, elas são setoriais: pego água, pego transporte. Mas pego muito mais: pego o uso das praias, o uso das serras junto às metrópoles. Tudo isso tem de fazer parte de uma política de educação e integração metrópole-meio ambiente. Falo, então, do que chamo extramuros.

Na parte intramuros, não vejo preocupação com a sombra.

Curitiba é um exemplo interessante das duas cidades, a pré-Lerner e a pós-Lerner, quando as águas de chuva são transformadas em lagos e são aproveitadas. As enchentes são conduzidas, mas isso é feito de maneira natural.

Vejo o exemplo de Brasília. Os preservacionistas ambientalistas de Brasília querem preservar parques para fotografar, porque as árvores são plantadas por parlamentares, como acontece aqui atrás. Não há uma fruta, não há um bicho, não há nada. Se eu quiser ver bicho em parque, terei de ir ao Central Park de Nova York, onde aqueles esquilos não são da natureza, são

incrementados, fomentados pela própria condição humana. Então, essa é uma visão global intramuros.

Mais do que isso, há exemplos hoje em Brasília de prédios que estão trazendo tecnologias tão inovadoras na área de tratamento das águas de chuva, na melhoria do meio ambiente, que os técnicos da Caesb não têm como aprovar nem negar. Então, a obra para, porque nós estamos atrasados tecnologicamente na questão do ambiental urbano. Estamos fazendo legislações que são suicidas, porque estamos mais restringindo o processo do que definindo qual é o tipo de produto que é aceitável. A visão está equivocada. Posso trabalhar na Floresta Amazônica e dizer que não posso desmatar. Mas, na cidade, não posso dizer que não se pode fazer isso ou aquilo. Tenho de dizer: "Você não pode gerar isso, você não pode gerar aquilo".

Passei, por acaso, uma noite de ano-novo no exterior, em que um bar fez uma festança, e dormi ao lado sem ruído. O problema não é o ruído do bar ou a atividade do bar. A norma do marco regulatório é que deve dar qualidade de vida. E o meio ambiente é também som, cheiro, produtos gasosos, tudo isso.

Então, brevemente, voltando aos arcaicos, como diria o Kazuo, acho que é hora – e esta Comissão está de parabéns – de nós sentarmos e trabalharmos na questão urbana, como fazia Paulo Nogueira Filho. Ela é diferente do tratamento da mata. Cada região tem sua característica, mas a cidade é uma questão do ambiente, que tem de envolver a cidadania – tenho certeza de que o Prefeito está de acordo comigo. Mas o cidadão urbano quer ser beneficiado também por isso, ele quer participar disso.

Eu ando por Brasília, pelas cidades satélites, e não vejo uma árvore. Eu vejo os parques de Brasília e não vejo um bicho. Sonho com o dia em que, nesses parques, haverá ninhos de tucano, para podermos unir flora e fauna no meio ambiente.

Muito obrigado. Cumprí a sua proposta do prêmio Guinness.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Se o senhor quiser... É que senhor estava tão... Mas teremos outra oportunidade. Eu lhe agradeço enormemente.

Acho que já podemos pedir, Francisco, a inscrição no livro, porque nossos convidados foram extremamente disciplinados.

Quero cumprimentar o Deputado Adrian, que chega aqui, que está conosco.

Mais uma vez, Senador Sérgio, quero dizer que a ausência dos Deputados e das Deputadas decorre do debate e da votação do Código Florestal no plenário da Câmara dos Deputados.

Na sequência, passo a palavra ao Senador Sérgio, para que faça suas observações e questionamentos. É nosso grande Relator, que, no ano passado, dirigiu esta Comissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Percebo que o Senado Federal e o Congresso Nacional têm se preocupado muito com a questão ambiental e, por que não dizer, com a questão das mudanças climáticas. Acho que esta Comissão tem um potencial extraordinário, e nós poderíamos utilizá-la um pouco mais em favor da sociedade.

Quando elaboramos o plano de trabalho, no momento da votação, observou-se que estava fora do plano de trabalho a discussão sobre a ocupação urbana e sobre o efeito, nas mudanças climáticas, do ambiente urbano. O ambiente urbano, talvez, tenha um efeito até maior, direta e indiretamente, do que o ambiente que podemos chamar de rural.

O Brasil tem uma ocupação urbana que ultrapassa os 90%; em algumas regiões, esse percentual é de mais de 95%. No mundo, esse percentual é de mais de 50%, como foi dito aqui pelo Prefeito Sílvio. Mas, provavelmente, daqui a algumas décadas, não muitas, a ocupação urbana no mundo também estará nessa casa dos 90%. Nos países mais populosos, como a China e a Índia, principalmente, a população rural é muito grande, mas a migração é gigantesca.

Então, se imaginarmos que, em 2050, a população mundial, a população sobre a Terra será de nove bilhões de seres humanos, qual será o impacto, nas mudanças climáticas, que esse contingente populacional trará ao Planeta?

Hoje, pela manhã, houve uma reunião da Subcomissão da Água, a qual tenho o privilégio de presidir, e a Senadora Vanessa é a Relatora dessa Comissão. Ouvimos alguns expositores, e questões como essas foram levantadas, como está sendo levantado agora, na Câmara dos Deputados, o impacto da vida do ser humano sobre as florestas e o Código Florestal. Mas isso fica muito no campo do rural.

O tema de maior discussão, neste momento, na Câmara dos Deputados, é a APP de rios, mas de rios rurais. E a discussão se polarizou entre os ambientalistas e os tidos como ruralistas – prefiro dizer que são pessoas preocupadas com o meio ambiente e com a produção de alimentos –, no campo do meio rural exclusivamente. Enquanto isso, os rios, nos centros urbanos, estão mortos, mas, andando por mais alguns quilômetros, logo após, eles já passam a ter vida, que é o efeito da natureza sobre eles.

Há uma consciência do cidadão brasileiro, há uma consciência do cidadão do Planeta de que temos de

cuidar do nosso Planeta. E cuidar do nosso Planeta não significa que cada um, vamos dizer, um Município como Maringá, tenha uma gestão ambiental urbana correta. Sozinho, ele não fará diferença para o Planeta, de forma alguma.

Nós discutimos hoje as águas transfronteiriças e percebemos que não basta cuidarmos das águas da divisa do Brasil para dentro, no campo da Amazônia; nós temos de também participar com nossos vizinhos e cuidar das águas que estão lá do outro lado, como também temos de cuidar das águas na bacia do Prata, que estão dentro do Brasil e que, necessariamente, terão reflexo também nos nossos vizinhos.

E aí vem uma pergunta, que fica muito mais para o Kazuo, quanto ao impacto da ocupação urbana nas mudanças climáticas.

Senadora Vanessa, temos de evoluir muito, e os debates têm de ser maiores no campo da ocupação urbana. O nosso plano de trabalho, normalmente... Inclusive, quanto às políticas de mudanças climáticas, em 2011 é que terminou o estudo sobre o impacto urbano. Veja que mais de 90% da população estão nos centros urbanos, e não tínhamos nos preocupado com isso. Então, acho que estamos evoluindo.

O papel desta Comissão está muito voltado a buscar as informações, a trazer os debates para dentro do Congresso Nacional. Esta Comissão tem não só o papel de acompanhar e, de certa forma, controlar os programas de mudanças climáticas – inclusive, Senado e Câmara têm assento no fórum sobre mudanças climáticas –, como também o papel de legislar. E aí as proposições que surgem ao final de um ano de trabalho pautam os Srs. Parlamentares.

Para concluir, eu queria ressaltar a presença do Ministério do Meio Ambiente.

Carlos, hoje, pela manhã, o Secretário Júlio, da Secretaria de Recursos Hídricos, esteve conosco na Comissão de Água, e, agora, o senhor está aqui, na Comissão do Clima.

Mas a palavra de ordem que surge, neste momento, é sustentabilidade, que é sinônimo de tudo. Estamos pensando em sobrevida deste Planeta, seja de fauna ou de flora, na sobrevida do próprio Planeta, mas, se não houver sustentabilidade ou o uso correto dos recursos hídricos de forma responsável, o que será deste nosso Planeta daqui a 500 anos?

É perceptível para qualquer um de nós aqui presente o que nós éramos, o Brasil, a América do Sul, há 500 anos – é muito claro isso – e o que era, inclusive, o Planeta há 500 anos. Por mais que pareça distante, conseguimos visualizar isso. O que nós seremos daqui a 50 anos? Não precisam ser 500 anos. O que nós éramos há 50 anos? O que era o Paraná, o norte

do Paraná ou o oeste do Paraná, Prefeito Sílvio, há 50 anos? E como nós somos hoje?

Não estou dizendo que não deve haver uma política de ocupação do solo. Acho que é preciso haver uma política de ocupação responsável do solo, e está havendo uma inversão. Havia um descontrole, inclusive, nas áreas urbanas, mas, hoje, vemos uma política instituída por políticos responsáveis de não deixar mais ocupações irregulares. Abrem-se loteamentos, o mercado está aquecidíssimo, e aí só se permitem esses loteamentos se há as estruturas necessárias para o meio urbano. Então, estamos caminhando para uma inversão: havia um descontrole, mas, agora, há um controle. Há uma consciência de todos os cidadãos brasileiros. Inclusive, o produtor rural está ciente de que ele tem de cuidar das matas ciliares, de que ele tem de cuidar das nascentes, não só para haver água na sua propriedade, mas também para que o ar e o clima sejam melhores e para que ele tenha uma vida melhor no futuro.

Obrigado, Presidente Vanessa Grazziotin.

Agradeço a todos a presença nesta nossa primeira reunião, nesta audiência pública desta Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós é que cumprimentamos o Senador, nosso Relator, que, talvez, tenha uma responsabilidade muito maior do que a do Presidente, principalmente no ano em que o Brasil coordena e organiza uma das mais importantes conferências relativas ao meio ambiente, que não é de mudanças climáticas, mas que também debaterá as mudanças climáticas. Então, cumprimento o Senador Sérgio.

Acho que V. Ex^a fez perguntas apenas ao Kazuo, não é? (Pausa.)

Eu quero fazer algumas observações rápidas, e aí passamos a palavra ao Dr. Kazuo. Não vou fazer nenhum questionamento.

Primeiro, eu gostaria de também agradecer, em nome do nosso Presidente, a todos a presença aqui.

Agradeço à nossa Dr^a Lúcia também.

Quero dizer que é muito urgente que tratemos do tema referente a meio ambiente urbano. Concordo com o Dr. Jorge Francisconi, quando ele diz que o Brasil está atrasado em relação ao meio ambiente das cidades. O Brasil está na lista dos países que mais emitem gases tóxicos, por conta do desmatamento da Amazônia, por conta disso. Mas o Brasil, talvez, entre os grandes, seja aquele que tem a melhor condição de diminuir as emissões efetivamente – o Dr. Carlos, do Ministério do Meio Ambiente, já deixou claro isso –, porque, se focarmos no combate ao desmatamento, diminuiremos muito o nível das nossas emissões. Isso não significa dizer que tenhamos de descuidar por

completo das outras áreas, da produção industrial e, principalmente, do meio urbano.

O Dr. Sílvio deixou claro também a grande concentração nas grandes cidades no mundo inteiro – no Brasil, não é diferente. Setenta e cinco por cento das pessoas dividem 1% do território do mundo inteiro. E aí vêm os efeitos, como o Dr. Kazuo nos mostrou. As cidades apresentam problemas ambientais graves. O nível de saneamento básico no Brasil é extremamente precário, chega a ser vergonhoso, pois estamos tratando de um País que é a sexta economia do mundo. Na cidade de Manaus, banhada pela maior bacia hidrográfica não do Brasil, mas do Planeta, metade do povo não tem água nas suas casas. Esse é um pouco o retrato do meio urbano em que vivemos.

Não pude estar presente nessa conferência que foi realizada em março, no encontro sobre desenvolvimento sustentável organizado pela Frente Nacional dos Prefeitos, mas penso que o encontro foca exatamente o que vêm a ser as prioridades para os Municípios. E nós não nos podemos dispersar; se há prioridade, temos de nos focar nas prioridades.

Mesmo antes de ler tudo, eu já tinha incluído isto como prioridade: a destinação dos resíduos sólidos. Chegou atrasada ao nosso País a legislação sobre resíduos sólidos, mas chegou. Então, nosso desafio é fazer com que ela seja cumprida. E digo aos senhores e às senhoras que aqui estão: se a gente não provocar e não fortalecer uma coordenação nacional da aplicação da lei, nós não vamos ver a lei aplicada. A destinação dos resíduos sólidos no Brasil é algo vergonhoso, assim como a falta de saneamento.

O lixo não é lixo, o lixo gera emprego, o lixo gera renda, o lixo gera produto, o lixo gera combustível, não só gás, mas óleo. O lixo gera combustível. E nós misturamos tudo e ainda jogamos a céu aberto e poluímos os nossos rios. Então, isso é importante.

Ontem, a Presidenta Dilma, como a Dr^a Lúcia mostrou, divulgou um investimento fortíssimo na mobilidade urbana, e vejo isso como uma segunda prioridade. Nós precisamos da questão dos resíduos sólidos. Não basta a lei. É preciso dar condições aos mais de cinco mil Municípios brasileiros de tornar a lei algo prático. Leis boas, nós temos muitas. Acho que são as melhores do mundo. Nossa grande desafio é tornar prática e viva toda a nossa legislação.

Então, é isso. Uma questão é a dos resíduos sólidos. Penso que deveria haver um PAC no Brasil de resíduos sólidos. A nossa legislação é uma boa legislação, que determina datas e prazos, que impõe procedimentos, mas os Municípios não terão condições de cumprir.

A segunda questão que eu levantaria é o transporte urbano, o transporte coletivo. Não adianta a gente abrir estrada, não adianta a gente construir viadutos e abrir vias, porque são medidas muito paliativas, que resolverão o problema em curíssimo prazo – eu nem diria curto prazo, mas curíssimo prazo. Temos de mudar a concepção, a cultura do nosso transporte individual. Em Brasília, há mais carros do que gente, do que famílias. Às vezes, em Brasília, uma família é composta por três pessoas e tem quatro carros.

Hoje, o problema do trânsito não é um problema específico, exclusivo de São Paulo, nem do Rio de Janeiro, nem de Belo Horizonte. Eu poderia citar aqui dez cidades. Esse é um problema de cidades do interior. Então, como é que vamos resolver isso? Construindo um transporte coletivo de qualidade. Que as pessoas possam deixar o carro nas suas casas e ir para o trabalho ou para a escola em transporte coletivo! Esse é o segundo ponto que considero fundamental nesse aspecto.

O terceiro eu já o citei *en passant*, que é a questão do saneamento básico.

Enfim, Senador Sérgio, essa questão do meio ambiente urbano, não tenho dúvida, terá uma presença muito forte na Rio+20, está presente na Rio+20. E, aqui, assim como a Frente dos Prefeitos, assim como as entidades, nós, do Parlamento brasileiro, precisamos ser alardeadores das necessidades do nosso País, principalmente quanto ao ambiente. Se somos a sexta economia do mundo, somos o primeiro em recursos naturais. Temos de fazer jus a isso; mais do que ninguém, temos de dar esse bom exemplo.

Então, no mais, quero agradecer a presença a todos.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Kazuo.

Depois, na sequência, os senhores, se quiserem, poderão fazer suas considerações finais.

O SR. KAZUO NAKANO – Tenho a oportunidade de retomar uma parte da apresentação pela qual tive de passar muito rapidamente por causa do tempo.

Acho que as ocupações urbanas têm efeito sobre as mudanças climáticas, mas a forma como as pessoas vivem, trabalham, realizam suas atividades, moram, consomem, circulam nessas ocupações urbanas é que tem um efeito maior sobre essas mudanças climáticas.

As nossas cidades são máquinas gigantescas de consumo. A gente consome muito recurso natural para construir nossas cidades, para construir as edificações. Se a gente for computar a quantidade de matéria-prima utilizada na construção dos edifícios e das infraestruturas nas nossas cidades, a gente vai ver que todas essas infraestruturas vieram de uma área em volta das cidades, das antigas olarias, das antigas

pedreiras. Até hoje, as cidades continuam absorvendo esse material para fazer as edificações. E uma coisa pouco estudada ainda são os graus de emissão dos gases do efeito estufa por conta da forma de utilização dessas edificações, porque são inadequadas, do ponto de vista climático. Elas consomem energia, são pouco adequadas à iluminação natural, têm de ter sistemas de ar-condicionado, geram resíduos de maneira insustentável.

Esse processo de verticalização está demolindo as edificações mais antigas, casas, sobrados, que estão sendo substituídos por prédios de apartamentos. E um dos grandes problemas de resíduos sólidos nas grandes cidades são justamente os entulhos de construção, pois 40% dos resíduos gerados nas cidades vêm desses entulhos. E as cidades, as prefeituras não estão preparadas para reaproveitarem esses entulhos, porque as nossas construções não permitem isso. O fato de a gente assentar tijolo usando argamassa de cimento já limita o reaproveitamento desse entulho. Se isso fosse feito com cal, a gente poderia reaproveitar tanto o tijolo quanto a argamassa. As nossas construções não são montadas, não temos como desmontar as construções para reciclar os componentes. Esse é o primeiro ponto.

Com relação ao fato de a ocupação urbana ter efeito sobre as mudanças climáticas, eu gostaria de destacar três pontos, e o primeiro deles é a ocupação das várzeas, das APPs urbanas. Como o senhor bem disse, as Áreas de Preservação Permanente urbanas estão relegadas. A gente discute pouco o modo adequado de ocupá-las. Não dá para simplesmente dizer que é proibido ocupar essas áreas urbanas. É inviável, porque muitas dessas APPs urbanas já estão ocupadas. Há vias marginais e avenidas estruturantes justamente nessas várzeas de rios que atravessam as cidades. É difícil desconstruir isso e dizer que isso é proibido, que teremos de recompor as matas ciliares.

No contexto urbano, temos de buscar um modo de ocupação adequado dessas áreas junto a rios, em áreas de maior declividade. Outras cidades praticaram isso. Hoje, as grandes cidades da Ásia que estão discutindo esses padrões de adensamento estão também discutindo modos de aproveitamento dessas faixas junto a rios urbanos. Isso a gente precisa rever, porque as várzeas precisam ser renaturalizadas. Acho que elas precisam ser recuperadas, mas com atividades urbanas, com aproveitamento urbano, com parques urbanos.

Outro ponto é a urbanização amazônica. Acho que hoje não dá mais para negar isso. Eu até participei de uma discussão em uma das Comissões do Congresso sobre isso. Quando a Professora Bertha Becker começou a levantar essa discussão sobre a urbanização

amazônica, ela foi uma das primeiras vozes a dizer que a Amazônia não era um vazio demográfico, não era um vazio urbano, muito pelo contrário. E, hoje, isso já é inegável, isso está avançando. Há efeitos por conta dos desdobramentos dessa urbanização na Amazônia.

Outro ponto já está muito debatido, mas acho que a gente tem de aprofundar melhor a discussão sobre o espalhamento urbano, o *urban sprawl*, versus cidades compactas, cidades mais densas. Há a defesa de que cidades mais compactas, mais densas, são mais sustentáveis, porque se misturam mais as atividades de moradia com as atividades de comércio, de serviços, de emprego. Então, encurtam-se as distâncias, reduz-se a utilização dos carros. Mas acho que, para fazer isso, a gente tem de discutir esse padrão de compactação urbana. Temos de discutir isso junto com a qualidade de espaço público, porque não adianta compactar sem haver uma oferta de espaço público, para as pessoas não ficarem confinadas em espaços altamente densos sem contarem com espaços de respiro perto de suas casas, com arborização, com praças etc.

Acho que, do ponto de vista da ocupação urbana em relação às mudanças climáticas, essas três questões fazem parte do debate de ponta no planejamento e na política urbana.

Com relação ao funcionamento dessas ocupações urbanas, acho que as cidades, além de serem essas máquinas gigantescas de consumo de mercadorias, o que gera esses efeitos na mudança climática, são também o ponto de condensação da inteligência coletiva. Hoje, nas cidades, há as nossas grandes ferramentas para enfrentar coletivamente esses desafios. Os economistas mesmos já estão reconhecendo isso, apontando para essa potencialidade das cidades em reunir experiências, em mudar modos de vida e comportamentos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Kazuo.

Vou passar a palavra ao Dr. Sílvio, que disse que gostaria de fazer uma pergunta.

Só lhe peço, Dr. Sílvio, que seja breve, pois já são 16 horas. Está começando a Ordem do Dia, e, hoje, a votação começará exatamente às 16 horas, porque temos medidas provisórias a votar.

O SR. SÍLVIO MAGALHÃES BARROS – De qualquer forma, quero agradecer-lhes e deixar claro que esse entendimento da Frente Nacional de Prefeitos sobre o peso da responsabilidade pode produzir resultados altamente positivos, desde que a gente tenha a capacidade de despolitizar alguns temas.

Dentro dessa discussão aqui colocada, é claro que Maringá não serve de referência, não pode ser usada como referência, porque é uma cidade de 65

anos, nasceu planejada, tem 370 mil habitantes, mas não tem nenhuma favela. E mais: nos últimos oito anos, nenhum lote foi vendido na cidade sem infraestrutura. Não foi aprovado nenhum loteamento sem que antes a estrutura estivesse disponibilizada.

Ora, essa é uma decisão política. É claro que isso tem de ser considerado dentro de um processo de disponibilizar a habitação nos modelos e dentro dos preços que a população pode admitir. Mas isso é resultado de planejamento.

Então, penso que todo esse processo de verticalização, de condensação e de concentração pode ser bem equacionado com planos diretores, pensando bem antes de fazer.

Nesse sentido, acho que Maringá pode ser usada, sim, como algo que as pessoas possam comparar. Quando a gente planeja primeiro e faz depois, é isso que dá. Quando a gente traz o planejamento depois do que aconteceu, o custo é muito mais alto.

Mas, dentro daquilo que a Senadora disse, eu queria fazer esta observação, porque acho extremamente relevante: o Brasil não é o único País que está fazendo seus planos setoriais com relação às mudanças climáticas e que tem suas metas a serem alcançadas. As metas brasileiras, talvez, estejam entre as mais avançadas do mundo, porque poucos países tiveram a coragem de assumir em uma convenção internacional uma meta de redução acima de 30%. Não consigo listar um país que tenha feito isso, só o Brasil.

No entanto, há um resultado histórico a ser considerado. Nos países que fizeram suas metas – e aí entro na área que a Senadora apontou, a dos resíduos sólidos –, somente um único setor conseguiu superar estatisticamente as metas propostas, e ele está relacionado com resíduos sólidos. Foi o único setor que conseguiu alcançar e superar as metas dentro do prazo por meio de um processo de conversão energética de resíduos. Isso não descartou a reciclagem, isso não descartou a compostagem, isso não descartou os processos de educação para a redução e não produção de lixo.

Se enterramos plásticos contaminados, fraldas e espumas que contêm, dentro de si, valor energético e se não fazemos com que isso retorne ao *grid* de distribuição, nós, no meu entender, pecamos muito, porque esses aterros sanitários são altamente produtores de gases e emissões extremamente contaminantes e impactantes. Não precisávamos fazer isso, não precisávamos enterrar lixo. Poderíamos reciclar, compostar e transformar lixo em energia, em energia limpa.

Tenho a certeza de que a Senadora, sendo do Amazonas, pode nos dizer que a população amazônica não considera a matriz energética e hidroelétrica

como matriz limpa. Ela tem impactos, e tem impactos gravíssimos, não só do ponto de vista social, como do ponto de vista ambiental. Lá há o mau exemplo de Balbina, que é uma usina hidroelétrica que, na verdade, produziu mais impacto na natureza de emissões de gases do que, talvez, tenha gerado de energia.

Então, é muito importante que, nos grupos setoriais, esse elemento seja analisado com muito carinho, com muito cuidado, com muita responsabilidade, porque é um elemento altamente contributivo para que o Brasil alcance as metas que estão no Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Até amanhã, deverá sair a primeira minuta da regulamentação da conversão energética de resíduos, mas precisamos olhar para isso com carinho especial. O Brasil não alcançará, na mobilidade urbana, não alcançará em nenhum outro setor o que pode alcançar com a eliminação dos aterros sanitários.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Prefeito Sílvio, por isso, a palavra “sustentabilidade” é a palavra de ordem.

Você fala em geração de energia. O ser humano depende de energia. São dois os pilares básicos – talvez, sejam três, se colocarmos a questão social –, alimento e energia. Para produzirmos esses dois elementos, teremos sempre impactos, nunca de forma diferente. E mesmo a energia extraída do resíduo sólido terá impactos ambientais. Mas, talvez – e esta é a grande diferença, a grande sacada –, os impactos serão muito menores do que aqueles da forma como estão sendo hoje destinados os resíduos sólidos. Mas impacto sempre haverá. Mas esse impacto será maior ou menor do que o impacto da energia de uma hidroelétrica? E qual é o modelo de hidroelétrica? Eu acho que isso é algo que depende ainda de alguns estudos.

Essa política de transformar resíduos sólidos em energia é fantástica. Inclusive, há alguns exemplos no Paraná, como o programa Cultivando Água Boa. Há alguns projetos como o de Itaipu, em que há os biodigestores e, na sequência, a utilização de dejetos animais em transformação de energia. É uma energia que gera gás, o gás é queimado, e, assim, obtém-se a energia elétrica. Inclusive, lá existe uma cidade que quer se tornar nos próximos anos – é um projeto fantástico! – 100% independente, só com energia de resíduos de dejetos ou de resíduos sólidos. É fantástico! Mas, mesmo assim, isso ainda gera poluição, gera emissão de gases. Mas é lógico que, se deixassem esses dejetos ou esses resíduos de forma exposta ou diretamente no meio ambiente, os efeitos do gás butano, que é um dos gases mais nocivos à camada de ozônio, seriam muito mais evidentes.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazzotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Sérgio.

Pelo adiantado da hora, quero, mais uma vez, agradecer a presença a todos.

Antes de encerrar, quero comunicar que, na semana que vem, não haverá reunião desta Comissão. No Senado, haverá sessão plenária e outras reuniões, mas não haverá reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Portanto, a reunião fica convocada para outra semana, para o dia 9, quarta-feira, às 14 horas, neste mesmo local.

Muito obrigada.

Boa tarde a todos!

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.)

Edição de hoje: 36 páginas
(OS: 13178/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

